

Relatório de Monitoramento da Execução do **Plano Estratégico do Mapa 2020-2031**

Ano 2021

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

Assessoria de Gestão
Estratégica – AGE



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO
DO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2031
ANO 2021**

Missão do Mapa
“Promover o desenvolvimento
sustentável das cadeias
produtivas agropecuárias, em
benefício da sociedade
brasileira.”

Brasília
Mapa
2022

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MARCOS MONTES CORDEIRO

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos - AEST

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica - AGE

PAULO SÉRGIO VILCHES FRESNEDA

Coordenador de Planejamento Estratégico - CPE

LEONARDO LANNA GUILLÉN

Equipe da Assessoria de Gestão Estratégica

CRISTÓVÃO DE MELO - CEP/AGE

GISLENE DA SILVA ALMEIDA - ADM/AGE

JULIANA TEIXEIRA DE PAIVA - CPE/AGE

LARISSA GUIMARÃES MASSOTE - CEP/AGE

LEILA GIANDONI OLLAIK - CPE/AGE

LEONARDO LANNA GUILLÉN - CPE/AGE

PAULO SÉRGIO VILCHES FRESNEDA - AGE

PAULO ROBERTO CARDOSO - ADM/AGE

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAIDE - CEP/AGE

RACHEL LIMA MARCELINO FREIRE - CEP/AGE

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

Sumário

1. Introdução	6
2. Performance dos Objetivos Estratégicos e Síntese dos Resultados dos Indicadores de Desempenho no período	7
2.1 – Perspectiva de Resultados para a Sociedade	8
OE01 – Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil	8
OE02 – Assegurar o abastecimento e acesso da população brasileira a alimentos e outros produtos de origem agropecuária de qualidade, diversificados e seguros ao consumo	10
OE03 – Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo	13
2.2 – Perspectiva de Resultados para o Público-Alvo	14
OE04 – Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras	14
OE05 – Promover a regularização e o ordenamento fundiário	18
OE06 – Garantir a sanidade e a qualidade dos alimentos e outros produtos agropecuários	19
OE07 – Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário	22
OE08 – Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias	23
OE09 – Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários	25
OE10 – Ampliar a renda e o trabalho no meio rural	27
2.3 – Perspectiva de Processos Internos	29
OE11 – Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado	29
OE12 – Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias	31
OE13 – Aperfeiçoar e intensificar as iniciativas de assistência técnica e extensão rural e outros modelos de introdução de tecnologias	33
OE14 – Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos	35
OE15 – Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados	38
OE16 – Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural	39
OE17 – Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira	41
OE18 – Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística	42
OE19 – Aperfeiçoar atos normativos e automatizar e implantar processos de negócio (transformação digital)	45
OE20 – Aperfeiçoar a governança corporativa	48
2.4 – Perspectiva de Infraestrutura e Aprendizagem	50
OE21 – Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa	50
OE22 – Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional	51
OE23 – Adequar a capacidade da tecnologia da informação aos novos desafios da transformação digital	53
OE24 – Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos	54
3. Síntese dos resultados das Iniciativas Estratégicas no período	57
1. 10 mil famílias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste atendidas pelo Programa Produzir Brasil	57
2. 11 cadeias produtivas atendidas por meio do Ater Digital	58
3. Residência Profissional Agrícola	59

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

4. Recadastramento do Pescador Profissional Artesanal e Industrial no Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP 4.0	59
5. Modernização do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras - PREPS	60
6. Águas da União para Fins de Aquicultura - Águas da União	60
7. Abertura e diversificação de mercados para produtos agrícolas	61
8. Rede de adidos agrícolas fortalecida e ampliada	61
9. Programa de Autocontrole	62
10. Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa	63
11. Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais	64
12. Programa Nacional de Solos do Brasil – PronaSolos	65
13. Programa Nacional de Desenvolvimento Rural e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas - Águas do Agro	65
14. Plano Setorial de Baixa Emissão de Carbono para o Enfrentamento da Mudança do Clima - ABC + 2020-2030	66
15. Programa AgroNordeste implantado - AgroNordeste	66
16. Observatório da Agropecuária Brasileira	67
17. Promover a transformação de 82 serviços não digitais ou parcialmente digitais em digitais	67
18. Conecta Agro - Conagro	68
19. Capacitação de Regularização Fundiária - CRF	68
20. Seguro Rural Consolidado	69
21. Análise dinamizada do CAR implantada em todas as Unidades da Federação	69
22. Aumento de 300% na área de florestas públicas federal sob regime de concessão florestal	70
23. Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, no Contexto Socioambiental e Econômico - FORTAF Amazônia	70
24. Avaliação da Aptidão Agrícola das terras do Brasil escala 1:500.000	71
25. Biopesticidas para o controle da Lagarta "Falsa Medideira" em algodão e soja lançados	72
26. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura Brasileira - Inova Embrapa	72
27. 300 Mil Documentos Titulatórios Entregues	73
28. Cadastro Unificado de Gestão Fundiária	74
4. Avaliação geral da implementação do Plano Estratégico do Mapa	76
OE02 – Assegurar o abastecimento e acesso da população brasileira a alimentos e outros produtos de origem agropecuária de qualidade, diversificados e seguros ao consumo	79
OE08 – Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias	79
OE21 – Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa	80

1. Introdução

O propósito deste documento é consolidar as informações referentes ao monitoramento do Plano Estratégico 2020-2031 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa no ano de 2021.

Este Relatório de Monitoramento é composto pelo seguinte conjunto de informações:

- a) performance dos Objetivos Estratégicos e síntese dos resultados dos Indicadores de Desempenho no período;
- b) síntese dos resultados das Iniciativas Estratégicas no período;
- c) avaliação geral da implementação do Plano Estratégico do Mapa.

O documento completo e atualizado do Plano Estratégico do Mapa 2020-2031 pode ser obtido no endereço:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/age/plano-estrategico-do-mapa>



2. Performance dos Objetivos Estratégicos e Síntese dos Resultados dos Indicadores de Desempenho no período

Para realizar a Visão de Futuro até 2031 e em consonância com a Missão e os programas criados no Mapa para atender ao Plano Plurianual – PPA 2020-2023, foi elaborada uma estratégia que indica o caminho a ser trilhado pelo Ministério e os desafios que terão de ser enfrentados até 2031. Esta estratégia é sintetizada em um Mapa Estratégico, que é uma representação gráfica do conjunto de Objetivos Estratégicos – OEs, relacionados de forma causal e distribuídos em quatro Perspectivas: a) Resultados para a Sociedade; b) Resultados para o Público-alvo; c) Processos Internos; e d) Infraestrutura e Aprendizagem; que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão do Mapa.

O Mapa Estratégico é apresentado na Figura 1 a seguir:

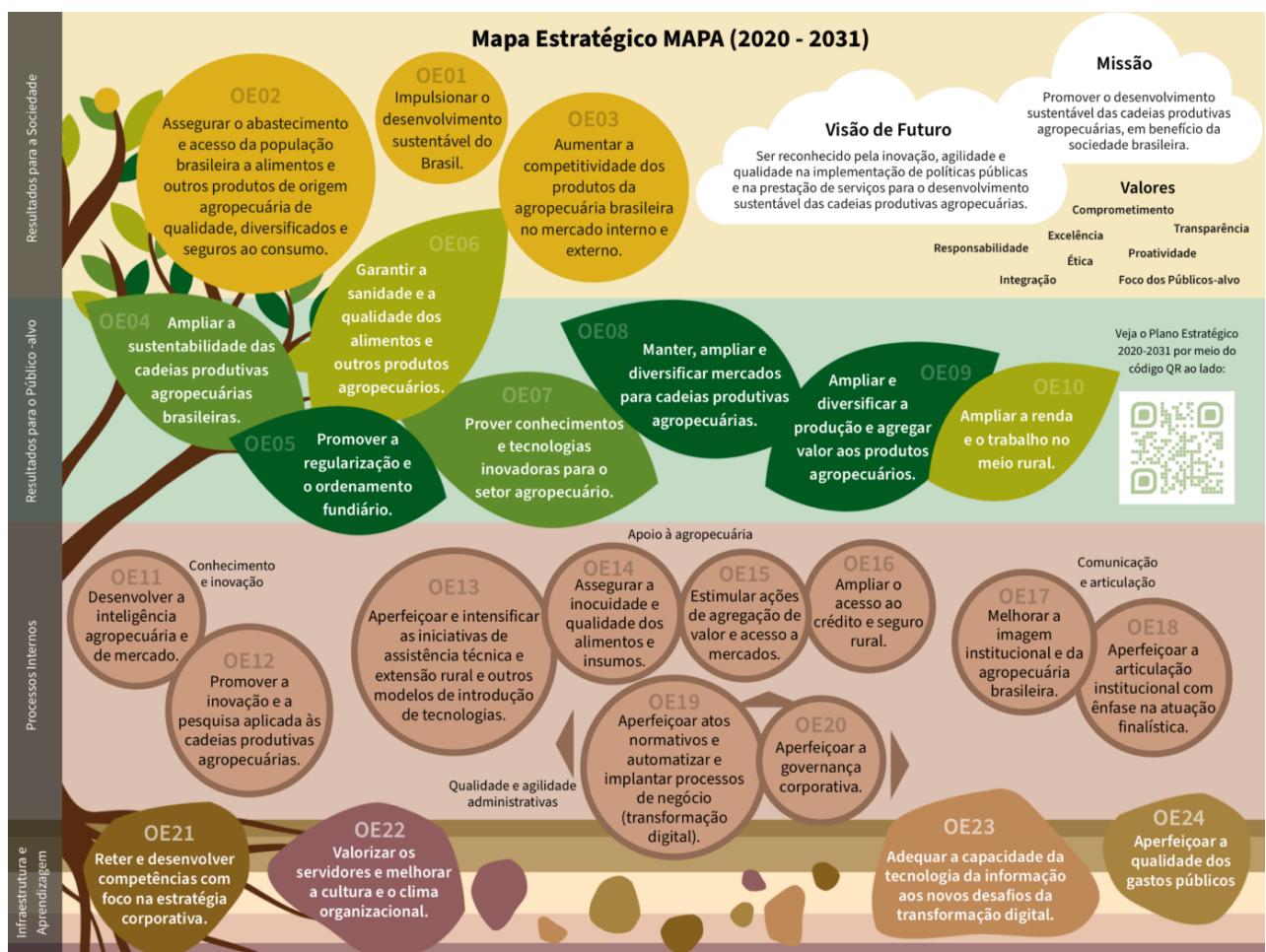


Figura 1 - Mapa Estratégico 2020-2031

O acompanhamento dos 24 Objetivos Estratégicos – OEs estabelecidos no Plano Estratégico do Mapa 2020-2031 é realizado por um conjunto de 42 indicadores de desempenho. Dessa forma, os OEs possuem um ou mais Indicadores de Desempenho associados. A periodicidade de aferição dos Indicadores de Desempenho é variável, mas um número substantivo é aferido anualmente.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

Esta seção apresenta o *status* dos Indicadores de Desempenho e dos Objetivos Estratégicos em 2021. As informações são extraídas do software *Strategic Adviser – SA*, utilizado pelo Mapa para centralizar a coleta e a análise de dados referentes à Gestão da Estratégia e à Gestão de Projetos.

Adotaram-se, como critérios para as cores (faróis) dos Objetivos Estratégicos, os seguintes limites:

Verde = desempenho de 90% a 100% da meta;

Amarelo = desempenho de 60% a 89,9% da meta;

Vermelho = desempenho inferior a 60% da meta.

A pontuação de cada Objetivo Estratégico é calculada pela média aritmética simples dos resultados de seus Indicadores de Desempenho. **Observa-se que, para este cálculo, a performance dos Indicadores de Desempenho é limitada a 100%.**

Para cada Objetivo Estratégico, serão apresentados os resultados dos respectivos Indicadores de Desempenho – INDs, acompanhados de uma breve análise. O resultado apurado é sempre comparado com a meta do período, enquanto a análise foca a performance obtida e eventuais pontos de atenção. Os Objetivos Estratégicos, por sua vez, são acompanhados de suas descrições e do desempenho alcançado em 2020 e em 2021, cuja pontuação também é calculada pelo software SA. Para cada Objetivo Estratégico, também é apresentada uma análise sucinta referente ao período observado.

2.1 – Perspectiva de Resultados para a Sociedade

OE01 – Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil

Descrição: participar do desenvolvimento sustentável do país ao fomentar a produção agropecuária com respeito ao meio ambiente, gerar emprego e aumentar a renda, trazendo estabilidade no meio rural e aos agentes das cadeias produtivas agropecuárias, contribuindo também para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

Desempenho do OE01 em 2021: 100%

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*



Mensurado integralmente pelo IND01.1 - Variação do PIB do conjunto das cadeias produtivas agropecuárias, o Objetivo Estratégico manteve o resultado acima da meta, apesar de a tendência do IND01.1 ser decrescente devido ao acúmulo de variação recorde no ano de 2020. Após esse período, que foi de recuperação, o ano de 2021 destacou-se pela maior participação do PIB do conjunto das cadeias produtivas agropecuárias na economia brasileira desde 2004, chegando a 27,4% do PIB brasileiro. Esse Indicador de Desempenho reflete toda a atividade econômica do setor agropecuário, que é sujeita a rigorosos critérios ambientais insculpidos na legislação vigente, mostrando, portanto, a consecução adequada do OE01 na Estratégia do Mapa.

IND01.1 – Variação do PIB do agronegócio

Finalidade: o desenvolvimento do país é alcançado com o desenvolvimento econômico e a melhoria da renda e da qualidade de vida da população. O PIB do agronegócio, conforme calculado pelo método desenvolvido pelo Cepea/Esalq-USP, é uma medida de crescimento econômico setorial, englobando todos os componentes das cadeias produtivas agropecuárias: insumos, pesquisa, maquinaria, produção, processamento, distribuição e demais serviços até o consumo final ou exportação.

Meta para 2021: 3,5%; Resultado apurado: 8,36%.

Análise crítica: o PIB do agronegócio brasileiro, calculado pelo Cepea/USP e CNA, cresceu 8,36% em 2021, a despeito dos efeitos adversos do clima sobre as safras agrícolas. Com isso, ele alcançou participação de 27,4% em relação ao PIB da economia brasileira, a maior desde 2004 (27,53%).

O PIB do agronegócio cresceu em todos os seus segmentos, com destaque para o primário e o de insumos, com aumentos de 17,52% e 52,63%, respectivamente. O PIB também cresceu para os outros dois segmentos, embora em níveis bem mais modestos: 1,63% para a agroindústria e 2,56% para os agrosserviços. Dentre os ramos, no entanto, enquanto o PIB da agricultura avançou 15,88%, o pecuário recuou 8,95%.

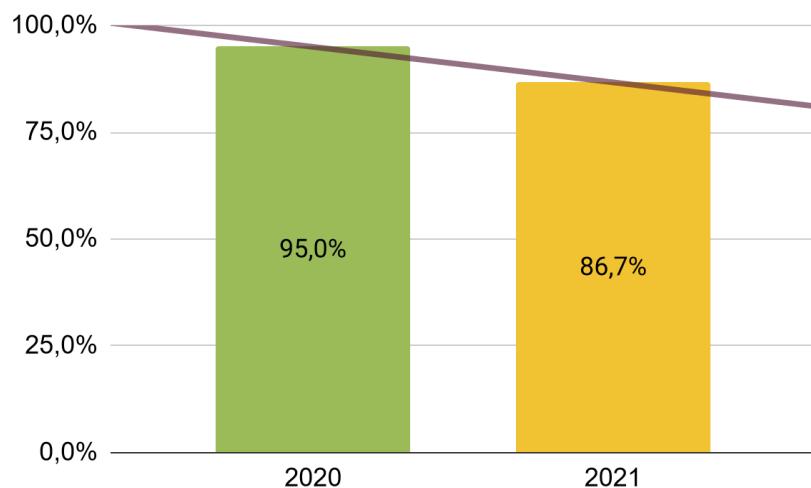
O forte crescimento do PIB do segmento primário agrícola decorreu principalmente pelo alto patamar dos preços, em vista as expressivas quebras de produção para importantes culturas, causadas pelo clima desfavorável. Ademais, o resultado poderia ter sido ainda melhor se não fosse pelo aumento nos custos de produção.

No ramo pecuário, entretanto, o aumento expressivo dos custos com insumos foi determinante para seu fraco desempenho. Além disso, a menor produção de boi gordo para abate também influenciou muito negativamente o PIB pecuário, que terminou por recuar em 2021, comprometendo parcialmente o resultado final. Esse ramo sofreu ainda com a expressiva redução da demanda doméstica, em vista do forte aumento de preços da carne ao consumidor final.

OE02 – Assegurar o abastecimento e acesso da população brasileira a alimentos e outros produtos de origem agropecuária de qualidade, diversificados e seguros ao consumo

Descrição: promover o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em conformidade com as normas sanitárias, sem contaminação química ou biológica, em quantidade suficiente e diversificados, à população brasileira.

Desempenho do OE02 em 2021: 86,7%



Este Objetivo Estratégico é acompanhado por três Indicadores de Desempenho que refletem: (a) a conformidade de alimentos e produtos agropecuários, que teve um resultado apurado acima da meta estipulada; (b) a capacidade de armazenagem, que apresentou um resultado abaixo da meta; e (c) a regularidade do abastecimento, que também apresentou resultado abaixo da meta. O sistema de armazenagem tem a finalidade principal de garantir o fluxo de abastecimento constante, proporcionando maior estabilidade de preços e de mercado. A formação de estoques de produtos agrícolas necessitam de suporte logístico fornecido pela rede armazenedora do País, sendo que os estoques públicos, atualmente, podem ser armazenados tanto em armazéns

próprios, quanto em armazéns de terceiros. Verifica-se que a queda no desempenho do OE02 foi puxada principalmente pelo indicador relacionado à regularidade do abastecimento (IND02.3), que recuou de 81,95% (em 2020) para 50,40% (em 2021). Entretanto, apesar do baixo desempenho deste indicador, as unidades de venda do Programa de Vendas em Balcão - ProVB, com poucas exceções, ficaram abastecidas durante o exercício de 2021.

IND02.1 – Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal (indicador comum ao PPA)

Finalidade: averiguar o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal fiscalizados em relação aos padrões de segurança estabelecidos.

Meta para 2021: 81%; **Resultado apurado:** 86,44%.

Análise Crítica: o índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal apresentou em 2021 resultado superior ao ano anterior, 86%, comparado a 85% de 2020. Ambos os resultados superam a meta prevista de 81%. Portanto, entende-se que o índice não foi afetado pela Pandemia de Covid-19.

No caso do Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal, houve uma evolução grande nos resultados físico-químicos que compensou um menor índice relativo ao aspecto microbiológico. Ênfase deve ser dada ao monitoramento microbiológico a fim de que esse índice volte a parâmetros melhores conforme vistos em anos anteriores.

No caso do Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal, embora o resultado seja favorável, deixaram de ser contabilizadas 236 amostras de vinhos e bebidas, muitas dessas referentes às análises de combate a fraude de ações realizadas no último trimestre e que não foram alimentadas a tempo no modelo atual de planilhas do relatório mensal. Esses resultado afetariam negativamente o índice de conformidade, o que já era esperado pela priorização das ações de combate à fraude e pela fiscalização em estabelecimento com base no risco.

Para evitar essa defasagem dos dados é imprescindível que a captação deles seja feita pelo uso do sistema Sipeagro app (lançado no final de 2021 e que se tornou obrigatório a partir de janeiro de 2022) integrado com o HUB Laboratorial, o que geraria uma base de dados atualizada e sem vícios. O HUB integra a Plataforma do Autocontrole e passará a ser mantida pelo Serpro até o final de 2022.

Além de dificuldades de ações fiscalizatórias decorrentes da Pandemia de Covid-19, destacam-se como restrições: diminuição gradual do quadro de servidores da fiscalização nos estados, sem recomposição de recursos humanos na área vegetal; diminuição da força de trabalho dos laboratórios, impactando o tempo de análise das amostras; limitação de capacidade laboratorial; burocracia na autorização de deslocamento de servidores; veículos precários; dificuldade na logística de envio de amostras para análise.

IND02.2 – Taxa de capacidade de armazenagem da produção

Finalidade: mensurar a capacidade estática de armazenagem em relação ao volume da produção.

Meta para 2021: 77%; **Resultado apurado:** 69,79%.

Análise crítica: entre a safra 2019/2020 e a atual, 2020/2021, houve uma redução na produção de grãos em cerca de 2%. Essa tendência de redução veio acompanhada de um aumento da capacidade de armazenagem do Brasil em cerca de 2,8%. A redução da safra somada ao aumento da capacidade estática fez com que a disponibilidade de armazenamento de grãos aumentasse no País.

No ano de 2021 os preços da soja e do milho permaneceram elevados, levando à exportação desses grãos. Assim, o escoamento da produção para os portos reduziu a necessidade de armazenamento. A manutenção da alta do dólar elevou o preço dos grãos e também elevou o custo de construção dos armazéns, desestimulando a construção de novas estruturas. Mesmo no cenário atual, que não incentiva a manutenção de estoques de grãos, é necessário estimular o investimento em estruturas de armazenagem de grãos no País.

IND02.3 – Índice de execução do abastecimento

Finalidade: verificar a regularidade no abastecimento do Programa de Vendas em Balcão - ProVB, identificar pontos críticos e eventuais intercorrências e viabilizar a proposição de melhorias de processos e procedimentos.

Meta para 2021: 72%; **Resultado apurado:** 50%.

Análise crítica: todas as demandas do ProVB são objeto de Nota Técnica Conjunta anual que é enviada para a Secretaria de Política Agrícola - SPA do MAPA pela Companhia Brasileira de Abastecimento - Conab para as providências de autorização para operacionalização do Programa no ano seguinte.

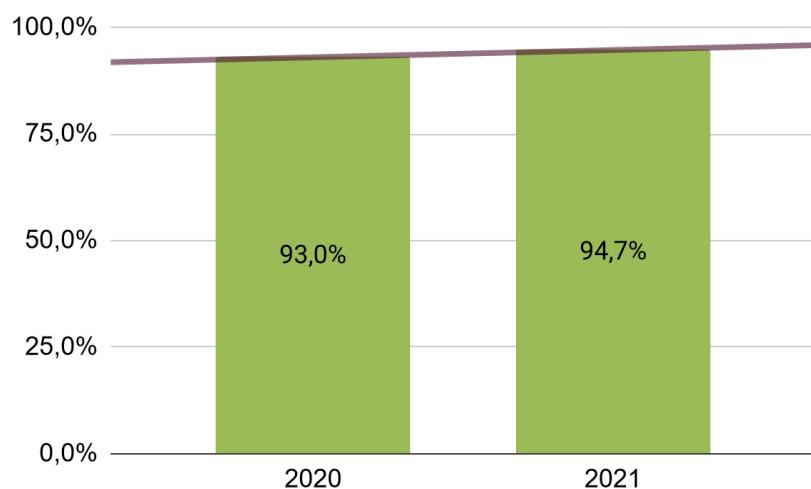
O prazo para a aquiescência do MAPA, por meio da SPA, independe da atuação da Conab, tendo em vista a imprescindibilidade de negociações do Ministério da Agricultura junto ao Ministério da Economia, responsável pela descentralização dos recursos necessários. Nem sempre a autorização para execução do ProVB, exarada pelo MAPA, ocorre tempestivamente, de modo que as demandas de abastecimento das unidades de venda do ProVB podem ocorrer meses após o previsto inicialmente, deixando de coincidir com o melhor período para a compra do milho ou realização de remoção. Nesse sentido, justifica-se a eventual falta de interesse dos terceiros na participação dos leilões de compra e de remoção de milho.

Entretanto, apesar de a meta não ter sido atingida, as unidades de venda do ProVB, com poucas exceções, ficaram abastecidas durante todo o ano de 2021.

OE03 – Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo

Descrição: promover o aumento da produtividade da agropecuária brasileira por meio da promoção de inovações e sua incorporação na produção, com vistas a atender às demandas de consumo dos mercados interno e externo.

Desempenho do OE03 em 2021: 94,7%



O incremento da participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial do setor próximo à meta estabelecida em 7%, em 2021, fez com que o desempenho deste Objetivo Estratégico continuasse em um patamar satisfatório, comparado com o ano de 2020. Os cinco principais setores em valor exportado foram: complexo soja; carnes; produtos florestais; complexo sucroalcooleiro; e café. Por outro lado, entre a safra 2019/2020 e a atual, 2020/2021, houve uma redução na produção de grãos em cerca de 2%. A continuidade de investimento em pesquisa e inovação no setor agropecuário é fundamental para a manutenção da produtividade e da competitividade dos produtos brasileiros.

IND03.1 – Participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial de produtos agropecuários

Finalidade: avaliar a representatividade das exportações agropecuárias brasileiras em relação ao comércio agropecuário mundial.

Meta para 2021: 7%; Resultado apurado: 6,63%.

Análise crítica: as exportações mundiais agropecuárias subiram para US\$ 1,57 trilhão em 2021, o que significou uma elevação de 16,8% na comparação com os US\$ 1,34 trilhão das exportações mundiais agropecuárias de 2020 (estatísticas extraídas do site do TradeMap em 15/08/2021).

Fonte: www.trademap.org). Esse forte aumento ocorreu em função, principalmente, da alta dos preços dos alimentos de 2021.

As exportações agropecuárias brasileiras atingiram US\$ 104,04 bilhões, com expansão de 18,9% na comparação com os US\$ 87,51 bilhões exportados em 2020. Dessa forma, com o crescimento das exportações agropecuárias brasileiras acima da expansão do comércio mundial agropecuário, a participação brasileira no comércio mundial agropecuário subiu de 6,51% em 2020 para 6,63% em 2021. Esse *market share*, todavia, já foi de 7,0% entre 2011 e 2013, valor este que é estabelecido como meta nesse indicador.

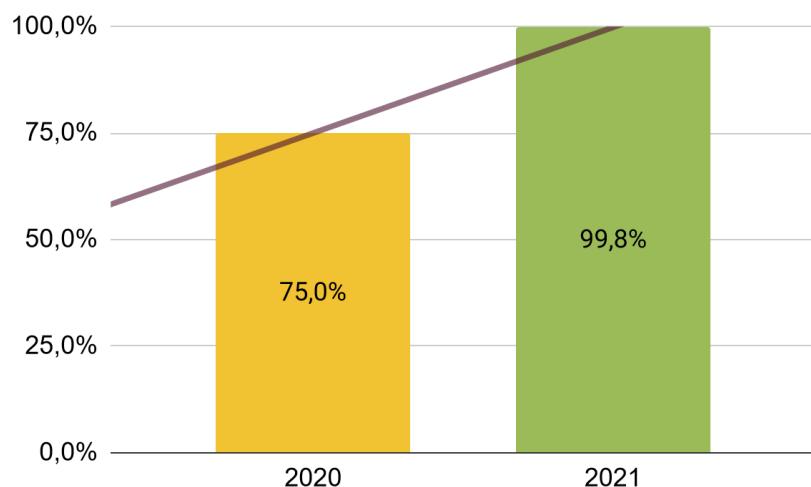
Somente para efeito de comparação, dois países que concorrem com o Brasil ficaram com o seguinte desempenho: Estados Unidos: 11,9% de participação em 2021; e China: 5,4% de participação em 2021.

2.2 – Perspectiva de Resultados para o Público-Alvo

OE04 – Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras

Descrição: promover o crescimento da produção de alimentos e de matéria-prima para a geração de bioenergia, alinhada com as demandas da população mundial e comprometida com o uso racional dos recursos naturais e com a inclusão de pequenos e médios produtores.

Desempenho do OE04 em 2021: 99,8%



O Objetivo Estratégico nº 4 é mensurado por três indicadores e alcançou um resultado significativamente superior ao observado em 2020. Dois de seus indicadores superaram a meta estabelecida: o IND04.2 - Índice de Sustentabilidade da Agropecuária; e o IND04.3 - Área de imóveis rurais inscritos no CAR com cadastros analisados no SICAR. Já o IND04.1 - Nº de municípios com tecnologias do Plano ABC financiadas obteve resultado pouco abaixo da meta, devido a fatores como o aumento de cerca de 20% nas taxas de juros da linha de crédito do Programa ABC e

a falta de recursos para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC. Vale destacar que a melhoria da performance do OE04 foi puxada principalmente pelo IND04.3, que passou por uma revisão em 2021, não sendo possível fazer uma comparação com o resultado aferido em 2020. A despeito disso, ressalta-se que o IND04.2 é um indicador sintético bastante completo, que reflete diferentes aspectos da sustentabilidade ambiental da produção agropecuária brasileira, podendo-se assim afirmar que o Objetivo Estratégico está caminhando de maneira satisfatória.

IND04.1 – Nº de municípios com tecnologias do Plano ABC financiadas (indicador comum ao PPA)

Finalidade: o indicador se baseia na expansão da utilização das tecnologias do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) nos municípios do Brasil. Os dados utilizados têm como fonte a linha de crédito do Plano ABC, o Programa ABC.

Meta para 2021: 3.050 municípios; **Resultado apurado:** 3.036 municípios.

Análise crítica: o desempenho foi impactado, principalmente, devido ao aumento de cerca de 20% nas taxas de juros mínima e máxima da linha de crédito Programa ABC, sem mencionar o impacto causado pela existência de outras linhas de crédito do Plano Safra que competem com o Programa ABC, seja na taxa de juros, nos prazos de carência e de pagamento, nos itens financiáveis, na questão documental (desobrigação de projeto) etc. Por sua vez, entende-se que a falta de recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC dificulta o conhecimento, a compreensão e o benefício da adoção das tecnologias do Programa ABC. Além disso, o estado de Pandemia do Covid-19, que se estendeu em 2021, também compromete a execução dessas ações de transferência de tecnologia e de promoção do Plano ABC, impactando negativamente sua adoção e consequente expansão.

Adicionalmente, cada região tem peculiaridades que podem interferir no alcance da meta estipulada:

- Região Centro-Oeste: dificuldade de obtenção de novos municípios nesta Região, pois cerca de 92% dos municípios já possuem financiamentos via a linha de crédito do Plano ABC;
- Região Nordeste: a seca na Região traz mais complexidade para as atividades agropecuárias. Necessidade de criação/disseminação de tecnologias específicas para esta Região que proporcionem o avanço das tecnologias do Plano ABC no bioma Caatinga. Restrições fundiárias específicas da Região Nordeste também dificultam a adoção das tecnologias do Plano ABC. A oportunidade que se apresenta para a difusão é o status atual de presença das tecnologias do Plano ABC na Região que está em 21% dos seus municípios;
- Região Norte: a falta de recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC dificulta o conhecimento, a compreensão e o benefício da adoção das tecnologias do

Programa ABC. Dificuldade de obtenção de novos municípios nesta Região, pois cerca de 66% dos municípios já possuem financiamentos via a linha de crédito do Plano ABC. Restrições fundiárias também afetam negativamente o avanço do Plano ABC na área;

- Região Sudeste: mesmo com 71% dos municípios desta Região já possuindo financiamentos via linha de crédito do Plano ABC, entende-se que uma maior divulgação do Programa ABC e suas tecnologias e principalmente seus benefícios econômicos para os produtores poderia ampliar o número de municípios na Região. Uma maior capacidade de promoção e fomento do Programa ABC daria um grande retorno na contratação da linha e, consequentemente, grande adoção de práticas de Agricultura de Baixo Carbono;
- Região Sul: a falta de recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC dificulta o conhecimento, a compreensão e o benefício da adoção das tecnologias do Programa ABC. Mesmo com 61% dos municípios desta Região já possuindo financiamentos via linha de crédito do Plano ABC, entende-se que uma maior divulgação do Programa ABC, suas tecnologias e principalmente seus benefícios econômicos para os produtores poderia ampliar o número de municípios na Região.

IND04.2 – Índice de Sustentabilidade da Agropecuária (indicador comum ao PPA)

Finalidade: mensurar a sustentabilidade ambiental da produção agropecuária brasileira. O índice está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.

Meta para 2021: 39%; **Resultado apurado:** 51,87%.

Análise crítica: o Indicador ISA suplantou a meta anual prevista, perfazendo o total de 51,87% em 2021. Todas as Dimensões que compõem o Índice obtiveram rendimento acima das suas metas, que eram de 50%, 19,5% e 48% para DCP - Dimensão Crescimento da Produtividade, DAA - Dimensão Adequação Ambiental e DSM - Dimensão, de Sistemas de Produção e Acesso a Mercados, respectivamente.

A Dimensão Crescimento da Produtividade - DCP obteve resultado de 52,94%. Os cultivos que tiveram crescimento de produtividade foram amendoim, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, soja, trigo e triticale, enquanto os demais produtos tiveram redução na produtividade. No que diz respeito à safra de café, os efeitos fisiológicos da bienalidade negativa, observados em diversas regiões produtoras nesta safra, bem como as condições climáticas adversas de seca em muitas localidades, influenciaram diretamente as lavouras, tanto para a redução do rendimento médio como para a diminuição da área em produção. Além disso, houve a ocorrência de geadas em junho e julho, embora com pouca interferência nesta safra, impactando as lavouras de café em produção e em formação. Já a produção de cana-de-açúcar considera os efeitos climáticos adversos da estiagem durante o ciclo produtivo das lavouras e as baixas temperaturas registradas em junho e julho deste ano, inclusive com episódios de geadas em algumas áreas de produção. Em

decorrência desses problemas, este levantamento aponta para uma redução na produção de cana-de-açúcar em comparação à temporada passada.

A Dimensão Adequação Ambiental - DAA excedeu a meta prevista, obtendo resultado de 24,32%, quase um quarto acima da meta em 2021. Apesar do bom resultado do indicador, ainda há desafios a serem superados, tais como: particularidades regionais do País; particularidades das inscrições dos Povos e Comunidades Tradicionais e dos Assentamentos no Cadastro Ambiental Rural - CAR; falta de conhecimento dos proprietários e possuidores acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (que se traduz em resistência do público-alvo); necessidade de capacitação e apoio aos proprietários e possuidores para os procedimentos de retificação do cadastro conforme a realidade do imóvel rural; capacitação continuada dos técnicos dos órgãos estaduais competentes nas novas ferramentas do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR; insuficiência de equipe técnica nas Unidades Federativas; equipe reduzida da unidade responsável pela implementação da agenda; e a necessidade de se ampliar a articulação e sinergia com diferentes atores, nas três esferas governamentais.

A última Dimensão, de Sistemas de Produção e Acesso a Mercados - DSM, obteve o excelente resultado de 78,35% para o ano. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao “número de produtores orgânicos inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO” e à “Área de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF”, que ultrapassaram suas respectivas metas para o ano. No que se refere ao número de produtores orgânicos, o período de isolamento imposto pela Pandemia prejudicou a entrada de novos produtores no CNPO. Entretanto, nos últimos meses do ano de 2021, quando houve relaxamento das restrições impostas pela pandemia, houve a retomada de atividades presenciais que possibilitaram o retorno das visitas de pares e inspeções imprescindíveis para a verificação dos sistemas de produção orgânica, indicando, ao final, crescimento da produção, principalmente justificada pela demanda dos consumidores.

IND04.3 - Área de imóveis rurais inscritos no CAR com cadastros analisados no SICAR (indicador comum ao PPA)

Finalidade: mensurar a área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural - CAR com cadastros analisados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR.

Meta para 2021: 162.583.376,68 hectares; **Resultado apurado:** 210.210.306,53 hectares.

Análise crítica: o indicador passou por uma revisão em 2021, o que resultou em alteração na fórmula. Dessa forma, não é possível fazer a comparação entre os dados de 31/12/2020 e os dados de 31/12/2021. Para o período analisado, o resultado do indicador corresponde a 210.210.306,53ha na área total de imóveis rurais com análise de regularização ambiental concluída, com tendência positiva do indicador. Salienta-se, ainda, que o indicador tem se mostrado adequado para aferir os avanços na análise de cadastros.

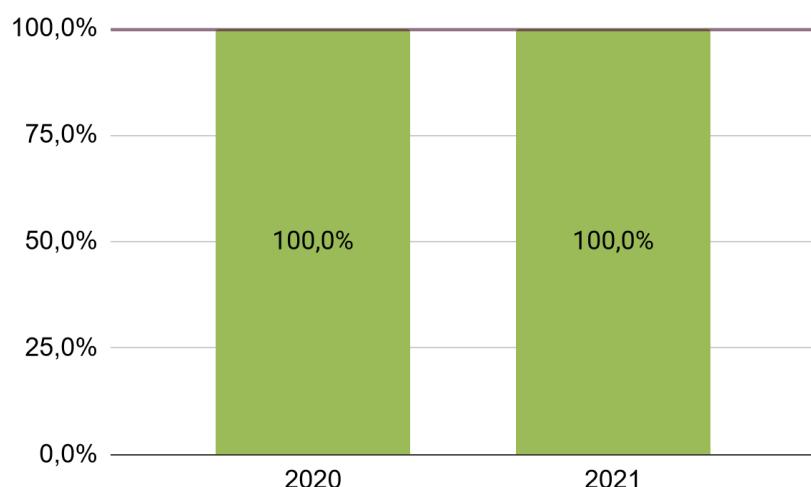
*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

Entretanto, apesar da superação da meta, ainda existem desafios a serem vencidos de forma a otimizar os avanços relacionados a este indicador, tais como: particularidades regionais do País; falta de conhecimento dos proprietários e possuidores acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (se traduz em resistência do público-alvo); necessidade de capacitação e apoio aos proprietários e possuidores para os procedimentos de retificação do cadastro conforme a realidade do imóvel rural; capacitação continuada dos técnicos dos órgãos estaduais competentes nas novas ferramentas do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR; a insuficiência de equipe técnica nas Unidades Federativas; equipe reduzida da unidade responsável pela implementação da agenda; fatores externos adversos à governança do SFB, como as competências da agenda compartilhada com Estados e o Distrito Federal, o que reduz a governança do SFB na implantação da política, e a necessidade de ampla articulação e sinergia com diferentes atores.

OE05 – Promover a regularização e o ordenamento fundiário

Descrição: propor e implementar políticas e ações, rationalizando a estrutura e os processos de modo a tornar mais célere e confiável o processo de regularização fundiária.

Desempenho do OE05 em 2021: 100,0%



Para promover o ordenamento fundiário, o Incra organiza e mantém atualizado um cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Além disso, promove a certificação de imóveis rurais, impedindo a superposição do registro imobiliário, em conjunto com o sistema cartorário nacional, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis. As atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais também fazem parte das medidas para regularização fundiária. A redução do estoque de processos que demandam regularização fundiária superou a meta estabelecida para o período. Este Objetivo Estratégico é de fundamental importância e é inclusive acompanhado pelo mesmo indicador do Programa Governança Fundiária do Plano

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

Plurianual - PPA 2020-2023, pois avançar na solução dos problemas fundiários tem a capacidade de gerar impulso econômico e ordenamento social no campo.

IND05.1 – Índice de Regularização Fundiária (indicador comum ao PPA)

Finalidade: medir o processo de regularização fundiária da malha nacional. O índice está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.

Meta para 2021: 9,75%; **Resultado apurado:** 24,24%.

Análise crítica: foram emitidos 139.526 documentos titulatórios em 2021, sendo 120.946 referentes a Projetos de Assentamento e 18.580 da titulação de Regularização Fundiária.

Para o ano de 2021 no Plano Plurianual - PPA, foi estabelecida para o indicador Índice de Regularização Fundiária a meta de alcance de 9,75%. O índice obtido foi de 24,24%, considerando o total de 248.638 documentos titulatórios emitidos (cumulativamente entre os anos de 2020 e 2021), em relação à demanda estimada de 1.025.875 de processos.

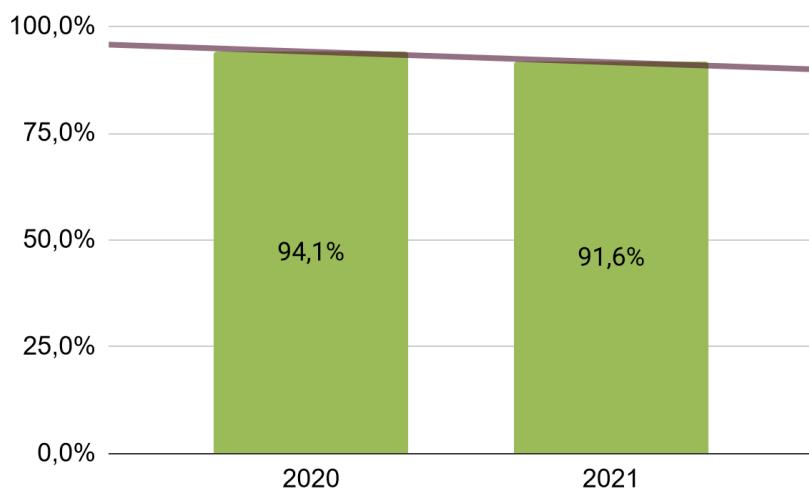
Esse resultado foi alcançado por meio de um esforço conjunto do Incra (Sede e Superintendências Regionais - SR), incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho (principalmente remotas), capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho. Como restrições, destacam-se as dificuldades inerentes à Pandemia (Covid-19), que limitaram as atividades de campo nos Projetos de Assentamento - PA, e a redução do quadro de servidores do Incra por aposentadorias, situação que vem se agravando consideravelmente nos últimos anos, com perspectiva de se agravar em curto prazo. Outra restrição foi relativa ao orçamento, em termos de valores disponibilizados e extemporaneidade na liberação.

OE06 – Garantir a sanidade e a qualidade dos alimentos e outros produtos agropecuários

Descrição: garantir a segurança dos alimentos e outros produtos agropecuários, aperfeiçoando os mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

Desempenho do OE06 em 2021: 91,64%

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*



O OE06 é mensurado pelo IND02.1, já descrito acima, e pelo IND06.1. Enquanto o IND06.1 mede o percentual de atendimento a suspeitas de enfermidades veterinárias no prazo legal, o IND02.1 reflete a conformidade de diferentes tipos de amostras de produtos de origem animal e vegetal analisadas. Apesar de o IND02.1 ter superado a meta no período, o resultado do IND06.1 foi afetado pela baixa capacidade técnica e operacional de boa parte dos Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária, responsáveis pelos atendimentos às suspeitas de doenças. A despeito disso, o alcance do OE06 permanece superior a 90%, resultado dos esforços das diversas ações de defesa agropecuária em curso.

IND02.1 – Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal (indicador comum ao PPA)

Finalidade: averiguar o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal fiscalizados em relação aos padrões de segurança estabelecidos.

Meta para 2021: 81%; **Resultado apurado:** 86,44%.

Análise crítica: vide texto acima, na análise do Objetivo Estratégico 02. Observa-se que este indicador é utilizado tanto na mensuração do OE02 quanto do OE06.

IND06.1 – Porcentagem de suspeitas atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial no prazo regulamentar

Finalidade: reflete a capacidade técnica e estrutural dos Serviços Veterinários Oficiais para a efetiva prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Mede o percentual de atendimento das suspeitas das enfermidades no prazo legal (síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, respiratória e nervosa das aves).

Meta para 2021: 85,50%; **Resultado apurado:** 71,21%.

Análise crítica: o resultado do indicador de Atendimento a Demandas no Prazo (notificações de suspeitas das síndromes: neurológica, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves e vesicular) ficou abaixo da meta proposta de 85,5%. O resultado de 2021 foi de 71,2% de atendimentos dentro do prazo estabelecido, em um total de 4.749 atendimentos a suspeitas de doenças das síndromes realizados pelos Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária - OESAs, sob coordenação do Departamento de Saúde Animal - DSA, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA.

Os atendimentos realizados para a Síndrome vesicular alcançaram índice de 69,28% dentro do prazo, apresentando melhoria em relação a 2020, que foi de 58,4%.

O resultado ainda é baixo, refletindo a influência do grande número de ocorrências relacionadas ao Senecavirus A. Dos 1.530 atendimentos da síndrome vesicular, 1.280 (83,7%) foram em suínos. Esse grande volume sobrecarregou a capacidade do serviço veterinário, gerando atrasos nos atendimentos. Conforme mencionado, apesar de abaixo da meta, houve melhoria em relação ao ano anterior, e isso é resultado da atuação do Departamento de Saúde Animal - DSA, das Superintendências Federais de Agricultura - SFAs e dos OESAs, mediante ações de capacitação, auditorias e supervisões.

Nos 472 atendimentos realizados para a Síndrome Hemorrágica dos suínos, 66,95% ocorreram dentro do prazo estabelecido, índice melhor que o obtido em 2020, que foi de 64,6%, mas ainda bem abaixo da meta. Dos 1.877 atendimentos da Síndrome neurológica, 69,47% foram dentro do prazo estabelecido, bem abaixo dos 84,7% obtidos em 2020. Para os atendimentos relacionados à Síndrome respiratória e nervosa das aves, o indicador ficou em 80,69%, melhor que o obtido em 2020, de 76,4%, mas ainda abaixo da meta.

O Departamento de Saúde Animal - DSA realizou a gestão das ocorrências utilizando o e-Sisbravet, sistema informatizado implantado em 2020 que possibilitou melhor acompanhamento dos atendimentos e monitoramento dos indicadores.

O principal fator para o baixo desempenho do indicador continua sendo a baixa capacidade técnica e operacional de boa parte dos OESAs, responsáveis pelos atendimentos às suspeitas. Também é relevante a situação da Pandemia de COVID-19, que levou vários técnicos do MAPA e dos OESAs a internações e necessidade de trabalhar remotamente, levando ao aumento da sobrecarga já existente sobre os técnicos de campo e atrasos em atendimentos.

O atraso nos atendimentos impede a rápida detecção de doenças dos animais e a eficiência na sua contenção. As ocorrências podem causar graves impactos econômicos e sociais ao País, e os atrasos em uma ocorrência de doença de alto impacto ampliariam grandemente as perdas diretas e indiretas a toda a sociedade.

Como medidas mitigadoras para evitar mau desempenho no indicador, a SDA conseguiu aumentar o aporte de recursos aos OESAs para 2022, via convênio, visando apoiar a estruturação e

manutenção desses órgãos, e o DSA e as SFAs seguem aprimorando o acompanhamento dos atendimentos, fortalecendo as capacidades do MAPA e OESAs promovendo reuniões técnicas e treinamentos para as equipes de campo.

OE07 – Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário

Descrição: disponibilizar e disseminar conhecimentos e soluções tecnológicas (práticas, produtos e serviços) e estimular a adoção de novas tecnologias (ex.: sensores, internet das coisas, geolocalização, robótica etc.) para a modernização do setor agropecuário.

Desempenho do OE07 em 2021: 100,0%



A disponibilização de conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor é mensurada pelo IND07.1 - Incremento do impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade. A partir deste Indicador, é possível verificar que o OE07 manteve em 2021 o bom desempenho verificado no período anterior. A alta do dólar, a ampla utilização de tecnologias poupadoras de fertilizantes, o aumento da quantidade de amostras avaliadas, a avaliação dos impactos econômicos de novas e expressivas soluções tecnológicas são alguns fatores que fizeram o IND07.1 superar em muito a meta estabelecida para este exercício.

IND07.1 – Incremento do impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade (indicador comum ao PPA)

Finalidade: prover informações sobre o incremento, em termos reais, do impacto econômico do conjunto de soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2018 (valor base).

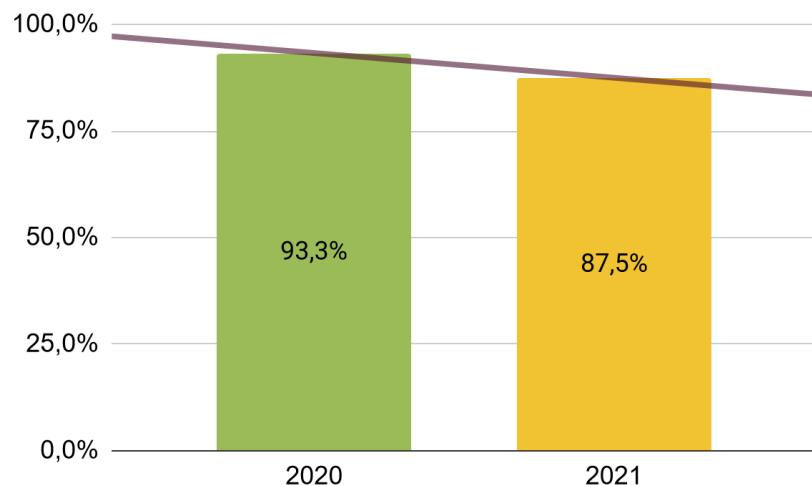
Meta para 2021: 7,5%; **Resultado apurado:** 24,0%.

Análise crítica: a média dos benefícios econômicos do período 2015 - 2018 (T0; número médio de tecnologias avaliadas - 128) correspondeu ao valor corrente de R\$ 57.516.541.338,29. A média do quadriênio posterior, de 2016-2019, foi calculada, porém não está expressa no gráfico visto que ficou estabelecido que T1 seria o período 2017-2020. O valor estimado do quadriênio 2017-2020 (T1) foi de R\$ 66.361.671.667,55 enquanto que o valor referente ao período 2018-2021, objeto deste relatório, foi estimado em R\$ 71.253.105.168,11. Portanto, os valores percentuais de aumento em relação a T0 estimados nos dois últimos quadriênios, quais sejam, respectivamente 15 e 24% superam a metas estabelecidas para T1 e T2, que foram 3,5 e 7,5 (acumulado), respectivamente. O último período foi marcado também pelo aumento da amostra de soluções tecnológicas avaliadas. O aumento de 24% em relação à linha de base pode ser explicado por principalmente por três razões: (1) em 2020 a amostra de tecnologias avaliadas foi de 152 enquanto que em 2021 foram realizados 169 estudos de avaliação de impactos, ou aumento no tamanho da amostra de 11%; (2) a alta do dólar também influenciou na medida em que tecnologias poupadoras de fertilizantes nitrogenados, como a Fixação Biológica de Nitrogênio na soja, continuaram a ser amplamente utilizadas; e (3) destaca-se ainda a avaliação dos impactos econômicos de novas e expressivas soluções tecnológicas como os Inoculantes Solubilizadores de Fosfato, que somente em 2021 apresentaram um impacto econômico superior a R\$ 1,1 bilhão.

OE08 – Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias

Descrição: aumentar a quantidade e diversidade de produtos agropecuários ofertados, preservando os clientes atuais e prospectando novos mercados.

Desempenho do OE08 em 2021: 87,5%



O Brasil tem enorme capacidade para manter e ampliar os destinos para os produtos agropecuários nacionais, pois o País está preparado para atender aos diversos requisitos do mercado internacional. Em 2021, apesar de terem sido abertos 77 novos mercados para produtos brasileiros, o número de países para os quais o Brasil efetivamente exportou oscilou de 206 para 199, o que prejudicou a performance do OE08 no período. Ressalta-se que, mesmo não atingindo

a meta, houve ampliação do comércio agropecuário brasileiro para o exterior em US\$ recebidos, em comparação com o ano de 2020. Considerando esses aspectos, o Indicador de Desempenho que mensura este Objetivo Estratégico será adequado posteriormente para refletir melhor a realidade do Objetivo.

IND08.1 – Índice de abertura de mercados para produtos agropecuários brasileiros

Finalidade: avaliar a capacidade do Brasil em acessar mercados para produtos agropecuários brasileiros.

Meta para 2021: 0,8; **Resultado apurado:** 0,7.

Análise crítica: muito em função da manutenção do cenário de pandemia vivido ao redor do mundo, a demanda por alimentos se manteve intensa em 2021, buscando a maioria dos países garantir a segurança alimentar de sua população. Embora o número de destinos efetivos das exportações tenha diminuído de 206 (em 2020) para 199 (em 2021), gerando aparente piora do resultado do presente indicador, o Brasil obteve recorde no volume de suas exportações, totalizando US\$ 120,6 bilhões no referido ano (aumento de 20% em relação ao ano anterior, representando o agronegócio 43% das exportações totais brasileiras). Ainda, novas possibilidades de acesso a mercados foram conquistadas via o esforço do MAPA nas negociações técnicas, sanitárias e fitossanitárias, aumentando as possibilidades de exportação dos produtos do agro brasileiro. Ainda que o presente índice não reflita esta realidade, visto que ele considera apenas os países para os quais o Brasil efetivamente exportou durante o ano, foram abertos 77 mercados no ano de 2021, significando a possibilidade de acesso a novas categorias de produtos do agro para os diversos países que o Brasil já exporta. Ademais, nem sempre estas aberturas de mercado significam efetivas exportações dos produtos, considerando que há a necessidade de ações complementares para que se concretizem, como a promoção comercial, o desenvolvimento de acordos de facilitação bilateral ou regional entre o Brasil e outros países e, principalmente, a competência do setor produtivo, peça decisória nos destinos e variedades de produtos a serem exportados. Desta forma, mesmo não atingindo a meta proposta do indicador para o período, houve uma significativa ampliação do comércio agropecuário brasileiro para o exterior e na possibilidade de destinos para os quais o Brasil exporta seus produtos, em comparação com o ano de 2020, mostrando mais uma vez otimismo para o próximo ano, com a manutenção da pujança da agropecuária brasileira, que está cada vez mais preparada para atender aos diversos mercados e a suas diferentes exigências.

OE09 – Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários

Descrição: ampliar e diversificar o conjunto de produtos agropecuários com atributos e características que resultem em um maior valor agregado, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Desempenho do OE09 em 2021: 100,0%



Os três Indicadores de Desempenho que mensuram este Objetivo Estratégico superaram as metas estabelecidas para o período, com destaque para o grande incremento na produção de organismos aquáticos em áreas regularizadas em águas da União. Este dado não estava disponível na elaboração do relatório anterior, o que acabou prejudicando o resultado final do Objetivo Estratégico em 2020. O bom desempenho do OE09 em 2021 reforça as características da produção agropecuária brasileira em termos de diversificação e agregação de valor.

IND09.1 – Percentual de crescimento do número de unidades de produção orgânica cadastradas

Finalidade: avaliar o impacto das ações de controle e fiscalização da rede de produção orgânica, assim como o impacto das políticas públicas de incentivo à produção orgânica e de base agroecológica, considerando a aplicação das normas para a produção orgânica que promovem a qualidade dos produtos e processos do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Meta para 2021: 7,14%; Resultado apurado: 15,85%.

Análise crítica: o resultado alcançado, de 15,85% de crescimento das unidades de produção cadastradas, superou a meta proposta de 7,14%. As metas foram estabelecidas com conservadorismo, observando um crescimento permanente, mas considerando a necessidade de apoio ao desenvolvimento da rede de produção orgânica.

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

O período de isolamento imposto pela Pandemia de COVID-19 prejudicou a entrada de novos produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO; mas, nos últimos meses do ano de 2021, houve um relaxamento das restrições e a possibilidade de retomada de atividades presenciais, com os cuidados necessários, que possibilitaram as visitas de pares e inspeções imprescindíveis para a verificação dos sistemas de produção orgânica. Esse crescimento demonstra o impulso para o crescimento da produção orgânica, principalmente justificada pela demanda dos consumidores.

A estrutura de pessoal disponível para o controle e a fiscalização preocupa enormemente, pois se observa uma paulatina diminuição do quadro de servidores disponíveis para as ações relacionadas com a produção orgânica. É extrema a necessidade de recomposição do quadro de Auditores Fiscais Federais Agropecuários e a celebração de convênios com as Unidades da Federação por meio do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

IND09.2 – Número de cultivares protegidas e espécies passíveis de proteção

Finalidade: o incentivo para geração de novas cultivares passa pela garantia do direito de propriedade intelectual que possibilita o retorno financeiro ao investimento na pesquisa. Quanto maior o número de espécies incluídas no regime de proteção, maiores as opções de investimento por parte das empresas de melhoramento, além de propiciar a atração de investimentos externos. Com relação ao número de cultivares protegidas, quanto maior a quantidade, maior a probabilidade de acesso dos agricultores a variedades de plantas de alto potencial, refletindo no aumento de rentabilidade dos cultivos.

Meta para 2021: 3.118 cultivares protegidas; **Resultado apurado:** 3.399 cultivares protegidas.

Análise crítica: as restrições impostas pela Pandemia de Covid-19 e a redução de servidores do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC (técnicos e administrativos) também foram sentidas no ano de 2021. Apesar disso, os resultados observados foram positivos, superando a meta estipulada para o período em 9%, ou seja, 281 cultivares a mais que o patamar de 3.118 cultivares.

Como já observado para o exercício anterior, o bom desempenho decorre, principalmente, da digitalização total dos serviços de solicitação, análise e concessão dos pedidos de proteção de cultivar, permitindo ao SNPC seguir sem interrupções em suas atividades e aos usuários dos serviços de proteção continuar realizando novos pedidos e respondendo às diligências dos pedidos em análise.

Como desafios a serem superados, reforça-se que a redução de pessoal no SNPC devido a aposentadorias, transferências para outras unidades e mesmo os afastamentos decorrentes do Covid-19 afetam os trabalhos realizados.

IND09.3 – Índice de aumento da produção regularizada em águas da União

Finalidade: mensurar o aumento da produção de organismos aquáticos em áreas regularizadas em águas da União.

Meta para 2021: 5%; **Resultado apurado:** 20,18%.

Análise crítica: na ocasião da elaboração da meta para mensurar o aumento da produção de organismos aquáticos em áreas regularizadas em águas da União, foi considerado um aumento anual de 5% da produção regularizada e declarada pelo Relatório Anual de Produção - RAP.

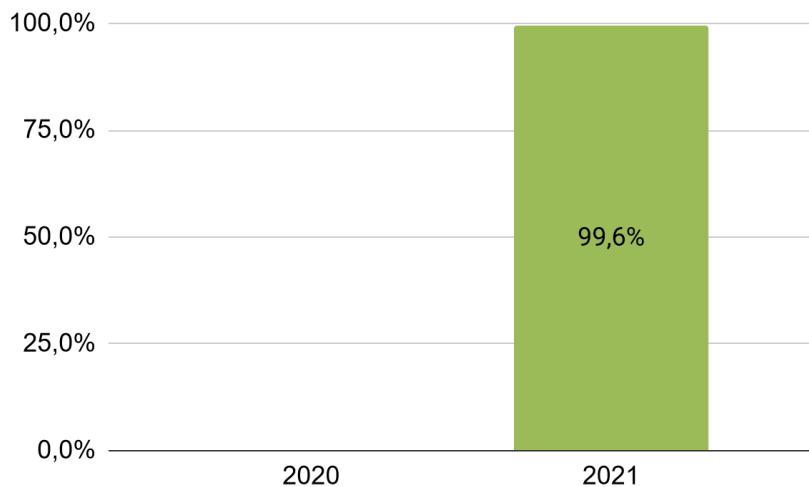
Essa meta foi elaborada considerando a perspectiva de crescimento da aquicultura em águas da União ao longo dos anos e tomando como base o crescimento da aquicultura, no geral, que vem crescendo cerca de 5% ao ano. Ocorre, que com a obrigatoriedade de envio do RAP, a grande divulgação da importância do instrumento e a conscientização dos aquicultores, as fiscalizações e vistorias nas áreas aquícolas, e o aumento da celebração de contratos, esse número vem crescendo significativamente aumentando de 5% para 15% em 2020 e 20,57% em 2021.

A atividade de aquicultura em águas da União vem se expandindo no país, tendo sido registrado um aumento de 20,18% na produção declarada de organismos aquáticos no ano de 2021, passando de 74.416 toneladas em 2020 para 94.238,9 toneladas em 2021. Outra coisa que devemos salientar é o aumento de áreas regularizadas nos anos de 2019 e 2020, o que resultou no aumento de produção regularizada em 2021.

OE10 – Ampliar a renda e o trabalho no meio rural

Descrição: estimular a criação de oportunidades de geração de renda e trabalho, inclusão produtiva e qualidade de vida que tornem o campo atrativo para a permanência e oportunizando a mobilidade social.

Desempenho do OE10 em 2021: 99,6%



O resultado deste Objetivo Estratégico não foi avaliado em 2020 porque o indicador a ele associado estava em reformulação, mas em 2021 seu desempenho ficou próximo da totalidade. Observa-se, ao longo dos anos, um crescimento real da renda do trabalhador rural, o que certamente contribui para o fortalecimento do mercado de trabalho no campo, especialmente no que se refere à agricultura familiar. A agricultura familiar é um dos principais responsáveis pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira, o que reforça a importância do OE10 na Estratégia do Mapa.

IND10.1 – Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar

Finalidade: medir a evolução do rendimento das famílias de agricultores familiares.

Meta para 2021: R\$ 1.541,23; **Resultado apurado:** R\$ 1.534,33.

Análise crítica: os resultados anuais advêm da média dos valores apurados trimestralmente, em cada ano, sendo que o dado de referência para este indicador é disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE desde o primeiro trimestre de 2012.

Os valores tiveram variação positiva nos últimos três anos, comparando-se com o ano anterior: 0,41%, em 2018; 0,28%, em 2019; e 3,72%, em 2020. Fazendo a média dos valores apurados nos três primeiros trimestres de 2021, tem-se o valor de R\$ 1.534,33, que por sua vez representa um crescimento de 1,08% com relação ao rendimento médio anual apurado em 2020. Este valor está próximo da meta estabelecida para 2021, R\$ 1.541,23, que considerou um crescimento de 1,53% com relação a 2020.

Nota-se que, ao longo dos anos, houve um crescimento real do rendimento médio do trabalhador. Uma das possíveis razões para o crescimento observado na renda está no aumento da disponibilidade de crédito para agricultura familiar, que teve 19% mais recursos no Plano Safra 2021/2022, sendo destinados R\$ 39,34 bilhões para financiamento pelo Pronaf, com juros de 3% e

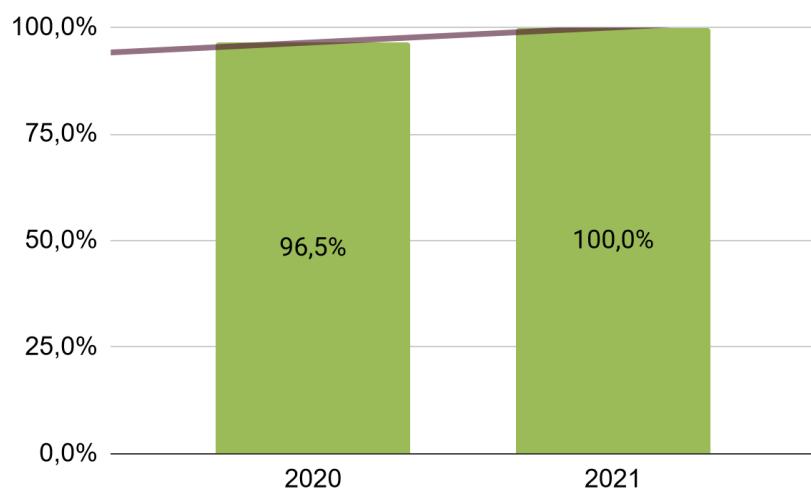
4,5%, com o aumento de recursos e menores taxas de juros, o que privilegiou diretamente os pequenos produtores.

2.3 – Perspectiva de Processos Internos

OE11 – Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado

Descrição: desenvolver um sistema de inteligência estratégica direcionado para a tomada de decisão pelo Mapa, Governo Federal, agentes econômicos e sociedade em geral, permitindo maior compreensão sobre o processo produtivo, o abastecimento, a segurança alimentar e a competitividade do país no mercado internacional.

Desempenho do OE11 em 2021: 100,0%



O desenvolvimento do sistema de inteligência agropecuária tem sido calcado fortemente na implementação do Observatório Agropecuário. O projeto de implantação do Observatório foi concluído, e sua implementação prossegue no sentido de ser continuamente aperfeiçoado e atualizado. O Observatório Agropecuário representa um marco importante na integração, sistematização e disponibilização de informações da agropecuária brasileira. Considerando que o interesse e o uso de informações estratégicas do setor é contínuo, a manutenção dessa importante conquista é fundamental para fortalecer o sistema de inteligência colocado à disposição da sociedade e dos clientes do Mapa.

IND11.1 – Taxa de implementação do Observatório Agropecuário

Finalidade: medir o nível de evolução do projeto de implementação do Observatório Agropecuário.

Meta para 2021: 100%; **resultado apurado:** 100%.

Análise crítica: o Projeto Estratégico Corporativo - PEC Implantar Observatório da Agropecuária Brasileira foi encerrado no dia 31/03/2021, após atingir o objetivo principal do projeto: integrar, sistematizar e disponibilizar informações da agropecuária brasileira.

A integração foi realizada com os dados disponibilizados pelas instituições públicas e privadas parceiras do projeto. Dentre esses dados, destacam-se as informações dos produtos agrícolas da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com acesso direto ao banco de dados do Portal de Informações da CONAB, dados do Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC do MAPA, dados das famílias assistidas nos programas da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, dados das propriedades atendidas pela Assistência Técnica e Gerencial - ATeG do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, dados públicos de embargos e ASV pelo geoserver do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, entre outros.

A sistematização foi realizada a partir dos *dashboards* construídos para cada tema, chamados de Painéis Temáticos. Hoje, há sete painéis sistematizados. São eles: Agricultura Familiar; Agropecuária Sustentável e Meio Ambiente; Assistência Técnica; Crédito Rural; Produtos Agrícolas; Programa Nacional de Solos do Brasil - PronaSolos; e Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC.

A disponibilização dos dados e das informações é realizada a partir do Portal do Observatório da Agropecuária Brasileira, por meio de página web, com acesso público, mas também com opção de acesso restrito. O Portal disponibiliza diversas abas com a história do projeto, os parceiros, uma área dedicada à publicação e acesso fácil a documentos estratégicos - Biblioteca, além da aba Painéis Temáticos, onde se acessam os Painéis em suas respectivas plataformas - Estatística e Geoespacial.

Após aprovação do projeto pela Ministra Tereza Cristina, o Portal foi lançado e disponibilizado para o público em maio de 2021. Os resultados mencionados podem ser conferidos no endereço: <http://www.gov.br/agricultura/pt-br/observatorio>.

Dado que o Observatório foi implantado e o Mapa irá iniciar um projeto para a definição e implantação de uma versão mais robusta a área de inteligência agropecuária, chamado de Sinagro - Sistema Nacional de Inteligência Agropecuária, do qual o Observatório faz parte, este indicador de desempenho terá que ser redefinido a partir de 2023.

IND11.2 – Índice de interesse das informações agropecuárias

Finalidade: mensurar o grau de interesse pelas informações do setor agropecuário geradas pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, elevando a assertividade na geração de conhecimento e contribuindo na tomada de decisão e na proposição de estudos e análises.

Meta para 2021: 0,50; **resultado apurado:** 0,59.

Análise crítica: o indicador mensura o interesse pelas informações geradas e disponibilizadas pela Companhia Brasileira de Abastecimento - Conab (downloads de publicações e acesso ao Portal de Informações), contribuindo na tomada de decisão e na proposição de estudos e análises. A meta anual de manter o indicador em 0,50 foi ultrapassada, atingindo 0,59.

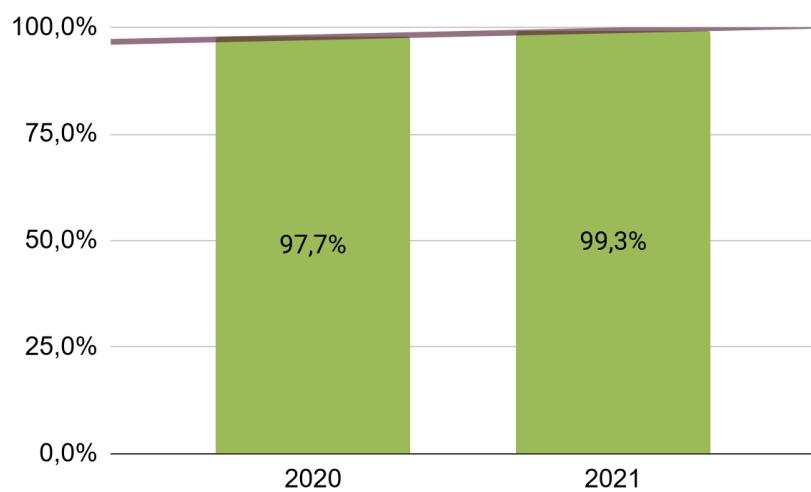
O resultado obtido no indicador demonstra a melhoria contínua nas atividades da Conab no que tange à coleta, ao tratamento, à análise e à disponibilização das informações agropecuárias de maneira transparente, segura e tempestiva. Desse modo, elevando a assertividade na geração de conhecimento e contribuindo na tomada de decisão e na proposição de estudos e análises, além de apresentar o interesse do setor público e privado (agentes da cadeia) nas informações geradas e disponibilizadas pela Conab.

Salienta-se que é fundamental a revisão contínua do orçamento financeiro para a realização das atividades de geração de informações (dados de campo, preços, custos de produção, mapeamentos agrícolas, estimativa objetiva de produtividade, estoques privados, entre outros) para manter o indicador sempre acima da meta.

OE12 – Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias

Descrição: promover a realização das pesquisas necessárias à efetividade das atividades das cadeias produtivas agropecuárias com a adoção de seus resultados e/ou adaptação de práticas e técnicas inovadoras e sustentáveis.

Desempenho do OE12 em 2021: 99,3%



A inovação tem como princípio sua capacidade de transformar conhecimentos e ativos em riqueza, valor capturado e percebido. A disponibilidade de recursos financeiros é fundamental para a promoção da inovação e pesquisa agropecuária. Verifica-se que o volume de recursos aplicados em pesquisa foi superior ao dobro da meta estabelecida para 2021. Este fato aliado ao número de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos desenvolvidos e qualificados pela Embrapa no período

contribuiu para o bom desempenho observado no OE12. Os ativos tecnológicos “desenvolvidos” são produtos e processos produzidos pela Embrapa como consequência final das ações desenvolvidas e dos esforços realizados durante a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I. Por sua vez, os ativos tecnológicos “qualificados” são aqueles desenvolvidos pela Embrapa com potencial para disponibilização aos públicos-alvo (setor produtivo, sociedade, consumidor, Estado, dentre outros), adoção pelos usuários finais e geração de benefício futuro. Na qualificação, os ativos são caracterizados do ponto de vista mercadológico e legal. Esse processo subsidia a definição dos modelos de negócios para o ativo tecnológico desenvolvido.

IND12.1 – Número de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos desenvolvidos pela Embrapa no ano (indicador comum ao PPA)

Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos entregues pela programação de projetos de pesquisa da Embrapa anualmente.

Meta para 2021: 1.430 ativos; **resultado apurado:** 1.401 ativos.

Análise crítica: a programação de P&D da Embrapa obteve, em 2021, montante de ativos muito próximo à meta estabelecida, com alcance de 98%. A programação entregou 654 ativos pré-tecnológicos (servem de base para produtos e processos) e 747 ativos tecnológicos (produtos e/ou processos com uso direto pelo setor produtivo).

Os ativos são gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade de Pesquisa da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura, podendo-se aplicar a uma ou mais regiões do País. Assim, a informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região de localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado. Desse modo, a regionalização do indicador é a seguinte: centro-oeste (32%), norte (9%), nordeste (17%), sul (20%) e sudeste (22%).

Em 2020, houve a prorrogação de 23% do total de projetos executados no ano. A prorrogação do cronograma de execução das atividades gerou a postergação da data de alcance de resultados, de 2020 para 2021. Em 2021, cerca de 13% dos resultados foram indicados como não alcançados, evidenciando os riscos da atividade de P&D e/ou limitações na condução dos projetos, por razões diversas, entre elas, a pandemia de Covid-19. É esperado que parte dos resultados (re)planejados para 2021 seja, ainda, replanejada para 2022 ou anos posteriores. O desafio atual está relacionado aos desdobramentos da Pandemia de Covid-19 e seus impactos na execução da programação de pesquisa, e restrições orçamentárias poderão comprometer entregas futuras.

IND12.2 – Número de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa no ano (indicador comum ao PPA)

Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa anualmente.

Meta para 2021: 640 ativos; **resultado apurado:** 703 ativos.

Análise crítica: até o dia 14/03/2022, foram qualificados 696 ativos tecnológicos e 7 ativos pré-tecnológicos a partir de resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I gerados em 2021 pela Embrapa. O valor apurado foi 9,8% maior que a meta prevista, reflexo das estratégias e dos novos modelos de negócios para inserção de tecnologias no mercado. A partir da regionalização dos dados, que está relacionada à região geográfica para a qual o ativo é indicado, observa-se que a maior parte dos ativos gerados em 2021 e qualificados até o momento são indicados para a região Centro-Oeste (69%), seguida da região Nordeste (67%) e Sudeste (66%). Para a região Sul, são indicados 58% dos ativos e, para a região Norte, 49% dos ativos. É importante ressaltar que um ativo pode ser indicado simultaneamente para mais de uma região e, portanto, o somatório dos dados regionalizados não equivale ao indicador total.

Regionalização do Resultado (os dados por região não devem ser somados, pois um determinado ativo pode ter sido indicado para mais de uma região): Centro-Oeste: 482 ativos; Nordeste: 470 ativos; Norte: 342 ativos; Sudeste: 465 ativos; e Sul: 405 ativos.

IND12.3 – Recursos financeiros aplicados em pesquisa agropecuária

Finalidade: medir o volume de aplicações financeiras dirigidas a estudos e pesquisas do setor agropecuário.

Meta para 2021: R\$ 43.500.000,00; **resultado apurado:** R\$ 112.256.402,81.

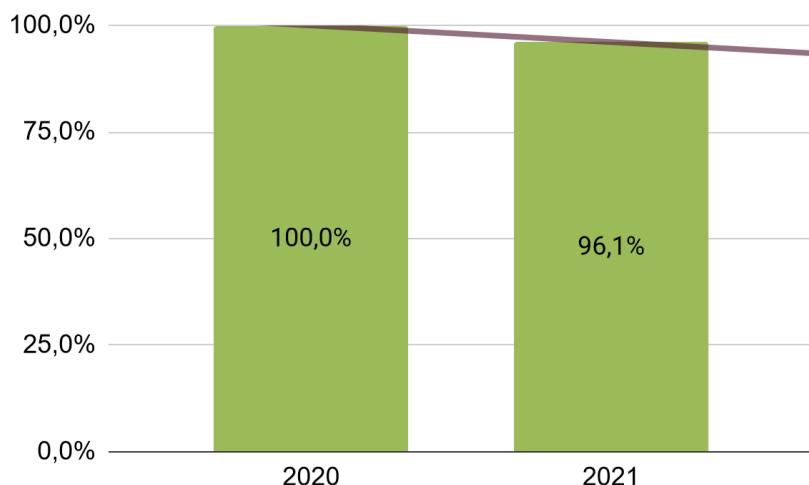
Análise crítica: o resultado relativo ao Indicador 12.3 superou novamente a meta prevista para o período, em função do fortalecimento da agenda estratégica de inovação em implementação pelo MAPA e suas vinculadas. Dessa forma, buscou-se a ampliação da aplicação de recursos para pesquisa agropecuária voltada a iniciativas de fomento a ecossistemas de inovação, Agro 4.0, entre outras, com foco na inovação e pesquisa nas diversas cadeias produtivas agropecuárias, incluindo ações sob responsabilidade das demais Secretarias do MAPA e suas vinculadas, além da SDI. Nesse sentido, as informações para compor o indicador foram obtidos junto aos pontos focais no Serviço Florestal Brasileiro - SFB, Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Gabinete da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, além da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC.

OE13 – Aperfeiçoar e intensificar as iniciativas de assistência técnica e extensão rural e outros modelos de introdução de tecnologias

Descrição: desenvolver políticas de assistência técnica e extensão rural para aumentar a renda e a qualidade de vida do agricultor familiar, dos pequenos e médios produtores, incluindo:

capacitação; acesso a inovações; acesso a crédito e a mercados diferenciados; e estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas.

Desempenho do OE13 em 2021: 96,1%



Neste Objetivo Estratégico, o aperfeiçoamento e a intensificação das iniciativas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER é atualmente mensurado pela quantidade de serviços de ATER efetivamente disponibilizados para o público alvo. Em 2021, observa-se que o total de serviços ofertados ficou um pouco abaixo da meta, em decorrência ainda de efeitos da Pandemia de COVID-19, refletindo assim no desempenho do OE13. Destaca-se, a despeito disso, a continuidade no aprimoramento dos mecanismos de ATER no exercício, a exemplo do Programa AgroResidência e do Programa Ater Digital, sinalizando o alcance de melhores números no próximo ano.

IND13.1 – Oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (indicador comum ao PPA)

Finalidade: apresentar a oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater aos agricultores familiares, médios produtores, empreendimentos agropecuários, técnicos agrícolas e outros atores envolvidos no processo de ATER.

Meta para 2021: 53.344 serviços; **resultado apurado:** 51.260 serviços.

Análise crítica: foram atingidos 96% da meta proposta em decorrência contínua dos reflexos da pandemia por SARS-COV-2 gerados em toda a população e impactando mais fortemente alguns setores do sistema produtivo brasileiro.

Os Programas Integrados entre o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER, da Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER atenderam a 49.612 famílias beneficiárias com atividade de ATER, enquanto as

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

capacitações totalizaram 1.078 agentes de ATER treinados em parceria celebrada com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

Os mecanismos de monitoramento e avaliação da gestão da ANATER foram aprimorados em 2021 para atender às boas práticas de gestão empresarial, com a instituição do Comitê de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão da ANATER - COATER, estabelecendo procedimentos e normas e fortalecendo ainda mais a governança, a transparência e a confiança nos serviços prestados.

O Programa Residência Profissional Agrícola - AgroResidência beneficiou 570 estudantes e profissionais recém-egressos da faculdade, dos quais, ainda em 2021, 97 (17%) foram empregados pela iniciativa privada.

O Programa Ater Digital, em seus quatro pilares: (i) Modernização de ATERs Públicas Estaduais; (ii) Validação e metodologia de Ater Remota; (iii) HubTechs da Agricultura Familiar; e (iv) Núcleo de Capacitação da Agricultura Familiar, investiu entre 2020/2021 na estruturação, modernização, organização e desenvolvimento de sistemas e de aplicativos das instituições públicas e privadas de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e de parceiros como as EMBRAPAs, que atuarão na capacitação em ferramentas digitais, na difusão das informações aos agentes de ATER e na capacitação de extensionistas, beneficiando um público direto estimado atualmente em 4.307.814 produtores, entre produtores familiares, agroindústrias, cooperativas, extensionistas, estudantes, jovens e mulheres produtoras rurais.

As ações do DATER/SAF proporcionarão impacto no aumento de rendimento, na geração de trabalho rural, na qualidade dos produtos e no aumento da produtividade agropecuária, contribuindo para a redução da desigualdade socioeconômica no campo.

OE14 – Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos

Descrição: assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças e dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de produtos agropecuários. Implantação do modelo de autocontrole.

Desempenho do OE14 em 2021: 100%

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*



Este Objetivo Estratégico é composto por dois indicadores: estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário fiscalizados e amostras processadas. Ambos indicadores superaram suas metas, o que indica adequado monitoramento, controle e fiscalização - mediante amostras processadas na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) - de alimentos, bebidas, insumos agropecuários, doenças animais e pragas vegetais; e fiscalização adequada de boas práticas de fabricação de produtos veterinários. Essa efetividade, aferida seguidamente com sucesso em 2020 e em 2021, ajuda a assegurar o status sanitário dos alimentos e insumos, o que é um objetivo central na estratégia do Ministério.

IND14.1 - Percentual de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário fiscalizados (indicador comum ao PPA)

Finalidade: fiscalizar boas práticas de fabricação dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário.

Meta para 2021: 5%; **resultado apurado:** 5,82%.

Análise crítica: o resultado do indicador atingiu a meta proposta para 2021. Ressalta-se que, embora a meta tenha sido alcançada, a quantidade de fiscalizações realizadas para verificar o atendimento às Boas Práticas de Fabricação foi aquém da programação realizada com base em risco. Esse fato já era esperado em virtude da pandemia por SARS-COV-2, razão pela qual a meta foi estipulada para 5% considerando como linha de base o resultado atingido em 2020, que foi 2,8%.

Para os próximos períodos, a meta foi estipulada levando em consideração o cumprimento total da programação com base em risco, além das fiscalizações não realizadas em 2020 e 2021 em virtude da pandemia.

IND14.2 - Percentual de amostras processadas nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (indicador comum ao PPA)

Finalidade: monitorar o processamento de amostras recebidas na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - LFDA, de forma a acompanhar o atendimento das demandas laboratoriais da Defesa Agropecuária nacional, por meio da análise dos percentuais de amostras processadas, rejeitadas e aguardando análise.

Meta para 2021: 91%; **resultado apurado:** 95,94%.

Análise crítica: o resultado observado na Rede LFDA para o ano de 2021 é considerado bastante satisfatório, visto estar acima dos 95%, enquanto a meta estabelecida foi de 91%. Do total de 138.257 amostras recebidas, 132.640 amostras, ou seja, 95,94% tiveram seus relatórios de ensaios emitidos até o fechamento do ciclo em 31/12/2021, sendo consideradas processadas. Comparado ao mesmo período de 2020, cujo resultado fora igual a 91,80%, e 2019 (88,6%), observa-se melhoria progressiva no resultado do indicador.

Neste ano de 2021, dentre as amostras não processadas, houve 3.415 amostras rejeitadas por motivos externos ao laboratório, ou seja, problemas na coleta ou envio da amostra ao laboratório, o que representa 2,47% das amostras. Outras 138 amostras foram rejeitadas por motivos internos aos laboratórios, o que representa 0,1% do total recebido, mesmo percentual observado em 2020. Com exceção da área de Medicamentos Veterinários e Defensivos, que não rejeitou amostras em 2021, o cenário de rejeição de amostras por motivos externos ao laboratório se repetiu pelo terceiro ano consecutivo, com as áreas técnicas relacionadas a produtos de origem animal liderando os percentuais deste tipo de rejeição. São elas: Identidade e Qualidade de Alimentos - IQA, com 8,93% de amostras rejeitadas por motivos externos ao laboratório (ou 660 amostras), Microbiologia de Alimentos - MIC, com 5,67% (ou 658 amostras) e Resíduos e Contaminantes em Alimentos- RCA, com 4,72% (ou 811 amostras).

Em relação às amostras aguardando análise, ou seja, aquelas que foram recebidas, mas não tiveram relatório de ensaio emitido até o fechamento do ciclo, a Rede LFDA encerrou o ano de 2021 com 1,49% de amostras não finalizadas (equivalente a 2.064 amostras). Este percentual é bem inferior ao observado no ano de 2020, quando a rede LFDA encerrou o período com 5,3% de amostras não finalizadas (ou 9.050 amostras), e em 2019 (7,8%, ou 14.218 amostras). Em 2021, a justificativa mais citada nas análises críticas para o número de amostras aguardando análise ao encerramento do ano foi a quantidade de amostras recebidas nos laboratórios nos últimos 02 meses do ano.

Assim como observado em 2020, a Pandemia de COVID-19 impactou as atividades da Rede LFDA no ano de 2021. Somaram-se, ainda, casos de Influenza, que levaram igualmente ao isolamento de servidores e implementação de planos alternativos, como revezamento de equipes e adequação de processos de trabalho. O alcance da meta do Indicador “Percentual de amostras processadas”

foi, mais uma vez, fruto do comprometimento das equipes dos laboratórios oficiais do MAPA, cientes de sua responsabilidade perante as ações de fiscalização agropecuária.

OE15 – Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados

Descrição: promover a valorização de produtos agropecuários nacionais, por meio da agregação de valor advindo de: marcas coletivas, indicação geográfica, produção artesanal, sistemas de certificação, entre outros, fomentando a organização social e o cooperativismo.

Desempenho do OE15 em 2021: 100%



O alcance do Objetivo Estratégico nº 15 é mais amplo que o mensurado pelo IND15.1, que novamente registrou desempenho bastante superior à meta estabelecida. A agregação de valor a produtos agropecuários nacionais pode se dar por diferentes formas, pelo fomento à organização dos produtores e ao cooperativismo, inclusive como resultado da capacitação dos agentes que atuam nas respectivas cadeias produtivas. Certamente a capacitação de pessoal significará incremento de técnicas e boas práticas na produção, mas não é possível afirmar com precisão que a performance do Objetivo esteja plenamente adequada.

IND15.1 – Agentes das Cadeias Produtivas Agropecuárias Beneficiados

Finalidade: medir o esforço do Mapa em prover capacitação para o público-alvo.

Meta para 2021: 31,81%; **resultado apurado:** 272,69%.

Análise crítica: o resultado obtido é um esforço conjunto de três Coordenações-Gerais que integram o Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas - DECAP: Coordenação-Geral de Produção Animal - CGPA; Coordenação-Geral de Sistemas de Integração de Produção Agrícola - CGSIPA; e Coordenação-Geral de Programas Regionais - CGPR.

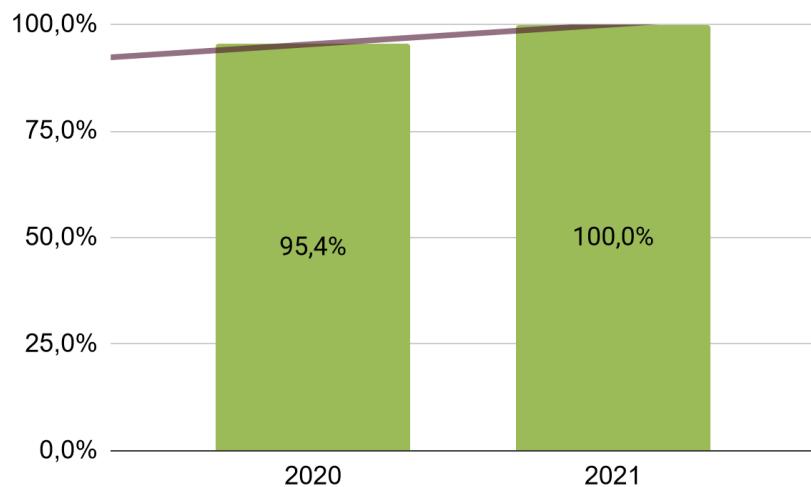
Após a consolidação dos dados do ano de 2021, observou-se que o resultado foi bastante superior ao esperado. Fatores que contribuíram: a contabilização de 39.030 produtores que foram beneficiados diretamente com projetos de capacitação pelo Programa Mais Leite Saudável - PMLS (com a implantação do sistema para submissão de projetos, espera- se maior simplificação de procedimentos e, consequentemente, adesão de laticínios viabilizando a capacitação de produtores); a disponibilização de cursos de capacitação da Produção Integrada Agrícola na modalidade EaD também obteve bastante adesão do público alvo, contabilizando 10.460 agentes da cadeia agrícola capacitados no ano de 2021. No que tange a Programas Regionais, foram 10.502 agentes beneficiados em Assistência Técnica e Gerencial - ATeG em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, no âmbito do Programa AgroNordeste.

Diante do resultado ter superado a meta em mais de três vezes este ano no número de agentes beneficiados, devido aos fatores já acima mencionados, as metas do Indicador poderão ser revistas por meio de nova estimativa da base potencial de agentes a serem beneficiados.

OE16 – Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural

Descrição: elevar o apoio financeiro aos produtores rurais para implantação, modernização e ampliação da produção agropecuária no estabelecimento rural. Ofertar, ao produtor rural, a proteção da produção contra os riscos advindos de fatores climáticos, a fim de minimizar perdas na produção agrícola.

Desempenho do OE16 em 2021: 100,0%



Os dois Indicadores de Desempenho que mensuram este Objetivo Estratégico superaram as metas, com destaque para a ampliação das contratações de crédito rural em quase 37%. Assim, o OE16 alcançou desempenho máximo em 2021, considerando que tanto o componente da ampliação do crédito rural quanto o do seguro rural subvencionado foram implementados com sucesso. Com o seguro rural, o produtor pode minimizar suas perdas ao recuperar o capital investido na sua lavoura. O seguro também atua como garantia adicional para acesso ao crédito e contribui para

obter taxas de juros mais baixas. Falando em crédito rural, destaca-se que o Plano Safra 2021/2022 disponibilizou R\$ 251,2 bilhões em recursos (incremento de R\$ 14,9 bilhões em relação à safra anterior).

IND16.1 – Taxa de crescimento das contratações do crédito rural (indicador comum ao PPA)

Finalidade: avaliar o crescimento das contratações de crédito rural.

Meta para 2021: 6,2%; **resultado apurado:** 36,95%.

Análise crítica: face a uma previsão de crescimento de 6,2% nas contratações do crédito rural, baseada na média do crescimento dos últimos cinco anos, foi observado um crescimento de 36,95% no valor das contratações do crédito.

Tal performance deve-se, principalmente, à grande demanda por tomada de recursos do crédito rural, observada ao longo do ano; conjugada com o reduzido valor da taxa de juros praticada - fator que se agrava, principalmente, com o aumento da Taxa Selic no segundo semestre do ano - configurando uma taxa de juros extremamente atrativa aos produtores rurais.

Mesmo com tal crescimento nas contratações, observa-se, ainda, considerável demanda por recursos equalizáveis - informada pelos agentes financeiros - que acaba por não ser atendida e gera uma demanda represada crescente a cada safra. Como há limitação nos recursos disponibilizados, para equalização de taxa de juros, pelo Tesouro Nacional, tal demanda acaba não sendo atendida e os recursos equalizados esgotam-se cada vez mais cedo, após o início de um novo Ano Safra.

Assim sendo, seria possível estabelecer metas e obter resultados ainda mais benéficos aos produtores rurais caso houvesse maior disponibilidade de recursos para equalização de taxa de juros.

IND16.2 – Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR

Finalidade: indicar o quanto o Mapa estendeu o acesso ao seguro rural subvencionado em termos de número de produtores rurais beneficiados, mensurado de forma indireta por meio do número de apólices de seguro rural subvencionadas e extensão de área segurada no âmbito do PSR, em relação aos números agregados para o Brasil.

Meta para 2021: 7,55%; **resultado apurado:** 10,46%.

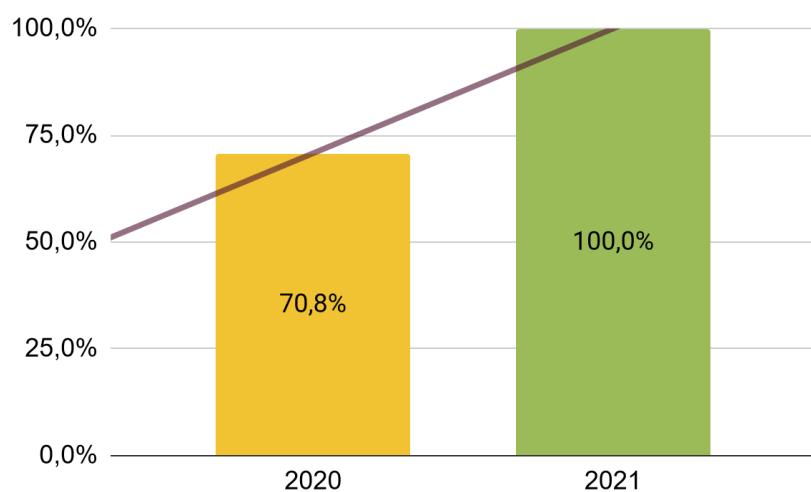
Análise crítica: a Lei Orçamentária Anual de 2021, LOA de 2021, aprovou recursos da ordem de R\$ 976,3 milhões para o PSR, executados por meio da Ação Orçamentária 099F - concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Porém, durante o exercício financeiro, houve cancelamentos e acréscimos na dotação orçamentária do Programa, finalizando o ano de 2021

com R\$ 1,181 bilhão disponíveis, utilizados quase em sua totalidade para o pagamento da subvenção ao prêmio do seguro rural. Considerando os valores globais, foram beneficiados aproximadamente 121,2 mil produtores rurais, proporcionando cobertura securitária para 14 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 68,3 bilhões. Observa-se que o índice apurado de 10,46% em 2021 foi ligeiramente superior ao ano anterior, em virtude sobretudo do maior volume orçamentário disponível. Ademais, a disponibilização de recursos em um montante recorde para o PSR propiciou a superação, com folga, da meta estimada de 7,55% para 2021.

OE17 – Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira

Descrição: ampliar a percepção positiva do Mapa com os agentes e representantes das cadeias produtivas agropecuárias, do governo e da sociedade, com foco na disseminação de informações técnico-institucionais de suas atividades. Fortalecer a inserção das cadeias produtivas agropecuárias no mercado externo, buscando seu reconhecimento no mercado interno.

Desempenho do OE17 em 2021: 100,0%



O desempenho do OE17 é acompanhado pela repercussão positiva de conteúdos relacionados ao Ministério na mídia e pela quantidade de seguidores nas redes sociais do Mapa. Houve forte presença de notícias favoráveis ao Ministério na mídia em 2021. Avalia-se que essa repercussão favorável se deve à periodicidade e à qualidade dos conteúdos divulgados pelo Ministério. Tanto a proporção de notícias favoráveis sobre o Mapa quanto o número de seguidores do Mapa nas redes sociais superaram as metas originalmente estipuladas, refletindo o alcance do reconhecimento das ações a cargo do Ministério e da imagem positiva da agropecuária brasileira de forma geral.

IND17.1 – Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o Mapa

Finalidade: medir a quantidade de notícias espontâneas favoráveis em relação ao total.

Meta para 2021: 91%; **resultado apurado:** 99,37%.

Análise crítica: as divulgações das ações do Ministério realizadas por meio da atuação da Assessoria Especial de Comunicação Social - AECS foram fundamentais para o bom desempenho do indicador. Iniciativas como a postagem diária de notícias no portal, de posts informativos nas redes sociais e o atendimento eficiente de solicitação de informações de veículos de imprensa contribuem positivamente para a repercussão do MAPA na imprensa nacional e internacional.

A análise da repercussão do MAPA na Mídia demonstra que no quarto trimestre de 2021 foram publicadas espontaneamente na mídia 6.233 notícias, das quais 6.194 foram favoráveis, um percentual de 99,37% que superou positivamente a meta estabelecida para o indicador. A perspectiva para os próximos períodos é manter a atuação que vem se demonstrando bastante eficiente e ainda ampliar a produção de conteúdos audiovisuais que, conforme demonstrado em iniciativas como as séries do youtube “Carrinho de Compras” e “Tá no Mapa” e o podcast “MapaCast”, obtiveram uma boa recepção por parte do público alvo do MAPA.

IND17.2 - Crescimento do número de perfis ativos do Mapa nas redes sociais

Finalidade: mensurar o crescimento da expressividade das páginas das redes sociais do Mapa a partir da quantidade de público.

Meta para 2021: 581.317 seguidores; **Resultado apurado:** 630.475 seguidores.

Análise crítica: no ano de 2021, as redes sociais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA apresentaram um crescimento acima das metas propostas nos indicadores definidos estrategicamente por este órgão. A meta para o ano foi estipulada em 581.317 seguidores, sendo alcançado no mesmo período a marca de 630.475 seguidores. Os aumentos mais expressivos de seguidores foram identificados no Instagram (15,13%) e no Twitter (17,02%), plataformas definidas dentro de um plano estratégico de expansão e disseminação das informações do MAPA.

A partir de uma análise do indicador, podem-se ressaltar medidas que convergiram para este resultado, tais como o rigor com a periodicidade e constância das publicações, seguindo uma lógica sobre tráfego e perfil de público nas páginas no MAPA, além de uma curadoria de conteúdo detalhada. Desta forma, a equipe continuará atuando com o intuito de ampliar, cada vez mais, o alcance das publicações referentes às ações desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

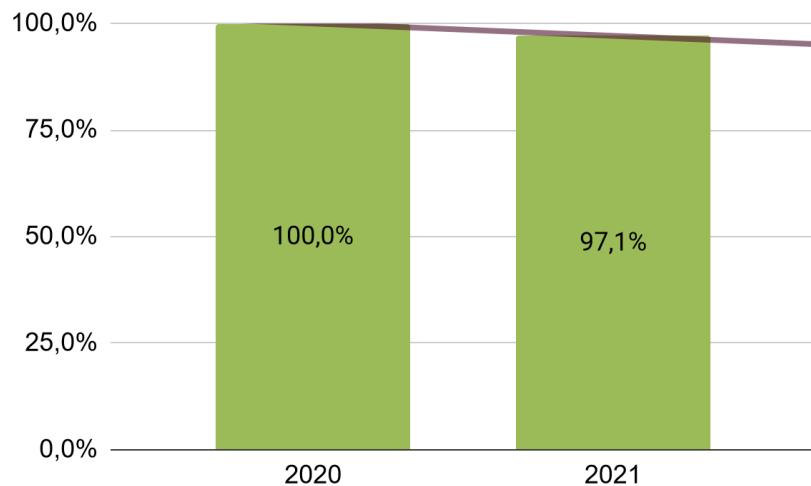
OE18 – Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística

Descrição: ampliar a participação em negociações internacionais, para estabelecimento de normas e regras visando manter e conquistar novos mercados para os produtos das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com as representações das entidades privadas e públicas (federais, estaduais, distritais e municipais), com vistas a influenciar

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

e promover a elaboração e execução de políticas de interesse do setor agropecuário. Subsidiar o Poder Legislativo com informações necessárias para a formulação e a aprovação de projetos de interesse do setor agropecuário nacional.

Desempenho do OE18 em 2021: 100%



Os três Indicadores de Desempenho associados a este Objetivo Estratégico representam as três frentes de articulação institucional de que ele trata: participação em negociações internacionais (IND18.3); o relacionamento com representações de entidades públicas e privadas (IND18.2); e o subsídio técnico ao Poder Legislativo (IND18.1). Esses indicadores mensuram principalmente o esforço feito pelo Ministério para a consecução do OE18, ou seja, o aperfeiçoamento da articulação institucional, sem refletir necessariamente os resultados alcançados a partir de tal esforço. Exceto pelo IND18.1, os indicadores superaram as metas estabelecidas, mantendo assim a boa execução do OE18 em 2021.

IND18.1 – Taxa de avaliação de projetos em tramitação no Congresso Nacional

Finalidade: avaliar a atuação do Mapa na criação de Notas Técnicas que servem de subsídio para os congressistas defenderem os interesses das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Meta para 2021: 80%; **resultado apurado:** 73,14%.

Análise crítica: apesar do não alcance da meta estipulada, vale ressaltar que a Assessoria Parlamentar - Aspar instituiu melhorias no processo de elaboração de Notas Técnicas para projetos em tramitação relacionados ao agronegócio. Foi implantado em 2021 um novo fluxo para aprimorar o trabalho com o objetivo de otimizar o tempo das áreas técnicas na elaboração de notas, pareceres, despachos etc. Pontos focais das áreas técnicas passaram a fazer um filtro prévio dos projetos, direcionando melhor a Aspar aos projetos com necessidade de manifestação, bem como os níveis de impacto etc. O reflexo disso se torna muito claro quando, das 644 proposições

identificadas com a nomenclatura “agricultura”, 471 foram encaminhadas para análise técnica das áreas, ou seja, a análise prévia conjunta com os pontos focais determinou de forma muito mais objetiva as proposições pertinentes à pasta e também as prioridades nas políticas que deveriam ser tratadas pelo MAPA, restando claro que a estatística não demonstra o real desempenho.

IND18.2 – Taxa de resposta às demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas

Finalidade: medir a capacidade de atendimento das demandas acordadas nas Câmaras Setoriais e Temáticas.

Meta para 2021: 65%; **resultado apurado:** 82,5%.

Análise crítica: as Câmaras Setoriais e Temáticas são fóruns de assessoramento ao Presidente do Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, constituindo-se em instrumento transparente de discussão, acolhimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas provenientes das diversas cadeias produtivas, contribuindo na identificação de oportunidades para seu desenvolvimento com definições de ações prioritárias para o interesse do Agronegócio Brasileiro.

São 31 Câmaras Setoriais, que representam as principais Cadeias Produtivas do Agronegócio; e 5 Câmaras Temáticas, que tratam de temas transversais que permeiam diversas Cadeias Produtivas (são elas: Agricultura Orgânica; Agricultura Sustentável e Irrigação; Crédito, Seguro e Comercialização; Infraestrutura e Logística; Insumos). Em 2021, os eventos das Câmaras contaram com participação de 450 entidades representativas do setor privado e 100 órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, com boa frequência nas 140 reuniões realizadas, que envolveram mais de 2.000 profissionais dos setores público e privado que têm interface com os temas. Estes colegiados debatem temas relacionados ao desenvolvimento do agronegócio, cada um tratando de um segmento do setor produtivo, objetivando alcançar soluções abertas e coletivas com abrangência, acesso e benefícios a todos que operam na atividade.

A meta deste indicador para 2021 era responder a 65% das demandas apresentadas pelas Câmaras Setoriais e Temáticas e, apesar das dificuldades, o MAPA conseguiu atender a 82,5% dessas demandas, reforçando a importância do papel das Câmaras Setoriais e Temáticas para as políticas agropecuárias.

IND18.3 – Taxa de participação do Mapa na elaboração de regras internacionais

Finalidade: a participação proativa do Mapa em fóruns internacionais (multilaterais, regionais e bi regionais) de interesse das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras contribui para a proposição de regras e acordos que levem em conta os interesses nacionais, auxiliando o comércio exterior dos produtos brasileiros.

Meta para 2021: 0,66; **resultado apurado:** 0,82.

Análise crítica: considerando a força de trabalho existente no Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários - DTSF/SCRI e o contexto da pandemia, em que diversas reuniões foram transferidas para o modo online, a quantidade de reuniões em que o DTSF foi demandado foi muito superior à usual, com um acréscimo em torno de 74% em relação ao ano de 2020. Houve um grande esforço de toda a equipe para o máximo possível de atendimento às discussões internacionais para a elaboração de normas ou acordos de interesse nacional. Entre reuniões bilaterais e multilaterais com os demais países para tratar de negociações sanitárias, fitossanitárias (SPS) e também no âmbito técnico (TBT), o corpo de servidores do DTSF participou em 94 oportunidades durante o período mensurado, de um total de 115 apresentadas. Destacam-se nesse rol: reuniões bilaterais com a Argentina, Rússia, Indonésia e EUA; reuniões para discussões dos Acordos Mercosul-Canadá, Mercosul-UE, Mercosul-Singapura e Mercosul-Coreia do Sul; reuniões dos Subgrupos Técnicos Mercosul SGT-3 e SGT-8; e reuniões de fóruns diversos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e CBD.

OE19 – Aperfeiçoar atos normativos e automatizar e implantar processos de negócio (transformação digital)

Descrição: elaborar, revisar, atualizar e simplificar atos normativos, modelar e automatizar processos, com vistas a promover a transformação digital do Mapa, com foco na prestação de serviços mais eficientes, eficazes, econômicos e efetivos, de forma transparente para a sociedade.

Desempenho do OE19 em 2021: 100,0%



A transformação digital de processos e serviços oferecidos pelo Mapa ficou muito acima do esperado em 2021, assim como houve uma redução significativa do prazo para registros de estabelecimentos, fazendo com que o OE19 mantivesse a performance registrada em 2020. Contudo, os indicadores que acompanham este Objetivo Estratégico não percorrem, pelo menos diretamente, o aperfeiçoamento dos atos normativos, questão central no enunciado do Objetivo, o que pode enviesar o desempenho observado.

IND19.1 – Número de processos/serviços transformados em digitais

Finalidade: medir o resultado da Transformação Digital no Mapa com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério.

Meta para 2021: 28 processos/serviços; **resultado apurado:** 106 processos/serviços.

Análise crítica: tendo como referência que, em 2020, 49 serviços foram transformados em digital; no exercício de 2021, outros 57 serviços foram transformados, sendo 21 serviços no 1º semestre e 36 no 2º semestre; tem-se um total de 106 serviços do MAPA transformados em digital entre 2020 e 2021.

Os serviços relacionados abaixo são destaque das transformações em 2021:

- "Solicitar registro de pescador profissional (artesanal e industrial)", da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP;
- "Solicitar autorização para ingresso na rede emissora de CAF", da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF;
- "Solicitar insumos, sementes, e outros itens contemplados na cadeia produtiva do cacau", da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI;
- "Solicitar Certificado Veterinário Internacional para viajar com seu cão ou gato - CVI" para nove novas localidades (Bolívia, Canadá, Chile, México, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Colômbia e Japão), da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA; e
- 29 serviços transformados via Peticionamento Eletrônico, entre eles: "Obter autorização de importação de material vegetal sujeito a quarentena"; "Obter autorização de importação de produto veterinário registrado, produto isento de registro ou farmoquímico para uso exclusivo pelo fabricante"; e "Obter certificação zootécnica para importação de material genético animal e animais vivos", da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Com isso, o resultado do indicador (106 serviços transformados) superou em 378% a meta de 28 serviços transformados ao término do ano de 2021.

IND19.2 – Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários (indicador comum ao PPA)

Finalidade: verificar a diminuição do prazo de concessão de registros de estabelecimentos.

Meta para 2021: 83 dias; **resultado apurado:** 60 dias.

Análise crítica: o ano de 2021 iniciou com aumento no prazo de análise de registros de estabelecimento de fertilizantes, 110 dias (1º T), devido ao grande número de solicitações recebidas, em função das notificações enviadas no final do ano de 2020 para os estabelecimentos pendentes de migração ao Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários -

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

Sipeagro, devido à previsão de desativar os antigos sistemas de registros (Sipe Oraflex e Sicar Oraflex).

Atualmente estão registrados cerca de 1.600 estabelecimentos produtores/importadores, 88% do universo estimado. Dessa forma, espera-se que o número de novas solicitações terá redução significativa no decorrer de 2022 e será possível, com as análises de alterações, renovações de registros e cadastramentos de prestadores de serviço, manter o prazo de análise dentro da meta estabelecida.

Foram recebidas 1.506 solicitações de registro em 2021, sendo 567 de estabelecimentos produtores/importadores e 921 solicitações de comerciantes. Desse total, 74% das solicitações foram deferidas. Além dos pedidos de registros, houve 966 solicitações de alterações de registros e 243 solicitações de cadastro de prestadores de serviço.

No decorrer do ano foi possível reduzir os prazos trimestrais para 90 dias (2º T), 80 dias (3º T) e encerrou-se o ano com 71 dias de concessão, dentro da meta de 83 dias. Essa redução foi possível pela intensificação das análises da equipe em teletrabalho, no primeiro semestre, e, posteriormente, pela liberação de recursos, no segundo semestre, para a execução das fiscalizações de vistorias das instalações de novos estabelecimentos.

Em casos de maior prazo decorrido ou menor risco, como renovações de registro, foi adotada a concessão de registro sem a vistoria prévia, procedimento que foi incluído na Instrução Normativa nº 53/2013 no ano de 2020.

Com relação ao registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas, também houve um alcance das metas ao longo do ano. Isso ocorreu porque, embora com número extremamente reduzido de auditores para o desempenho das atividades de fiscalização de vinhos e bebidas, o contexto da Pandemia de COVID-19 e suas medidas de segurança propiciaram o deslocamento da força de trabalho para atividades que poderiam ser realizadas de forma remota - dentre elas a análise documental das solicitações de registro de estabelecimento via Sipeagro - em prejuízo das atividades externas. Além da análise documental, como medida paliativa no contexto da Pandemia, foi estabelecida a possibilidade de realização de vistoria remota para concessão de registro de estabelecimento, com posterior inspeção in loco, quando possível.

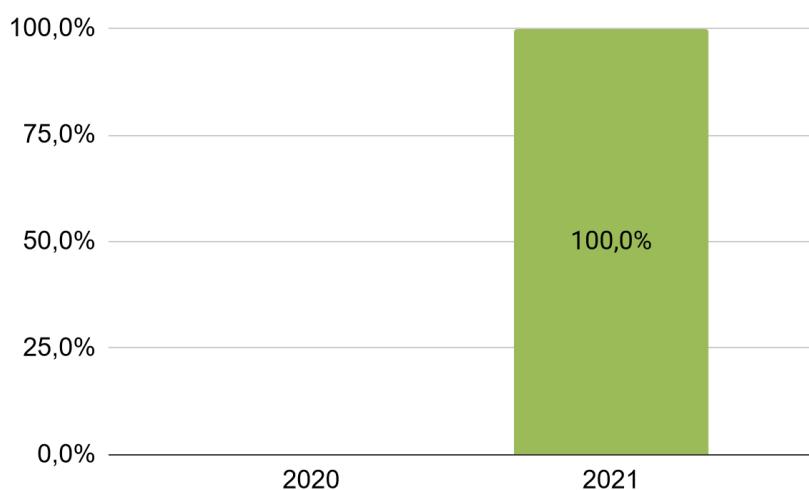
Por fim, o prazo de 43 dias no primeiro trimestre, menor em relação aos demais trimestres (66, 59, 50), deve-se à ausência de orçamento aprovado para o exercício 2021 no início do ano que viabilizasse o desenvolvimento de outras atividades externas, que demandam recurso, fato que concentrou ainda mais a força de trabalho para atividades passíveis de realização em condição remota. A partir da aprovação do orçamento, ocorrida apenas ao final de abril, outras atividades de fiscalização demandaram empenho da força de trabalho, diminuindo, então, a dedicação à concessão de registro de estabelecimentos.

O MAPA aguarda autorização do Ministério da Economia para realização de concurso público para Auditores Fiscais Federais Agropecuários - AFFAs agrônomos, habilitação com grande déficit na Defesa Agropecuária.

OE20 – Aperfeiçoar a governança corporativa

Descrição: desenvolver o conjunto de mecanismos de estratégia, liderança e controle que direcione, monitore e avalie, tempestivamente, a gestão do Mapa, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços à sociedade.

Desempenho do OE20 em 2021: 100,0%



A performance deste Objetivo Estratégico é acompanhada pelo Índice de Governança Pública - iGovPub, calculado pelo Tribunal de Contas da União - TCU a partir de um formulário autodeclaratório respondido pelas unidades organizacionais avaliadas. Em 2020, o dado não estava disponível quando o relatório foi realizado. Em 2021, o resultado superou a meta. O iGovPub do levantamento realizado apresentou um resultado de 63,8%, contra uma meta estipulada em 50%. Esse resultado classifica o Mapa na faixa “intermediário” pela metodologia utilizada.

IND20.1 – Índice de governança pública

Finalidade: mensurar a melhoria da governança institucional considerando os avanços quanto a liderança, capacidade estratégica, gestão de riscos organizacionais e “accountability”. O índice é equivalente ao calculado pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

Meta para 2021: 0,50; resultado apurado: 0,638.

Análise crítica: no levantamento de 2021, o iGovPub é um agregador dos indicadores de Liderança, Estratégia e Controle (que substituiu Accountability). Esses indicadores apresentaram como

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

resultados, respectivamente, 61%, 42% e 82%. Resta evidente, pelos resultados coletados, uma subdesenvolvida capacidade organizacional em Estratégia e uma ainda incipiente capacidade de Liderança. Adentrando a esses dois indicadores, têm-se os seguintes resultados:

- Liderança: 61,1%

- 1110 - Estabelecer o modelo de governança: 58,7%
- 1120 - Promover a integridade: 95,5%
- 1130 - Promover a capacidade da liderança: 24,3%

- Estratégia: 42%

- 2110 - Gerir riscos: 55%
- 2120 - Estabelecer a estratégia: 70,5%
- 2130 - Promover a gestão estratégica: 32,1%
- 2140 - Monitorar os resultados organizacionais: 41,5%
- 2150 - Monitorar o desempenho das funções de gestão: 13%

Convém esclarecer que os indicadores são calculados com base em um formulário estritamente autodeclaratório, respondido pela unidade organizacional afeta a cada segmento/pergunta do questionário, cujas respostas não passam por um processo de revisão por pares ou auditoria. Assim, as respostas não são isentas de vieses.

Os resultados incipientes em Liderança e Estratégia podem indicar uma necessidade de a organização afastar-se mais do esquema de comando-e-controle tradicional para um esquema que privilegie o desenvolvimento de lideranças intermediárias e operacionais através da pontuação de metas e resultados que derivem clara e diretamente dos objetivos estratégicos. A capacidade de estabelecer a estratégia é desenvolvida (70,5%), mas a capacidade de promovê-la ainda é subdesenvolvida (32,1%).

Aproximar-se de um modelo de administração por objetivos requer mudanças em práticas cotidianas e uma verdadeira precedência do planejamento sobre as demais funções administrativas. Atualmente, pelo contrário, a normatividade é supervalorizada por gestores de todos os níveis, causando uma percepção de inversão da ordem dos fatores de produção do órgão que impõe restrições à produção de valor público. Essas disfunções são expressas na baixíssima capacidade de monitorar os resultados organizacionais (41,5%) e na quase inexistente capacidade de monitorar o desempenho das funções de gestão (13%).

A pontuação de metas por unidades/departamentos/coordenações, a celebração de acordos de níveis de serviço e a avaliação de desempenho de gestores é algo ainda distante da realidade da organização. A ausência de tais mecanismos concorre para uma baixa capacidade de gestão estratégica e de liderança, que, em última instância, tem desdobramentos e impactos no exercício da missão institucional, expressa normativamente no art. 21 da Lei nº 13.844/2019.

Fonte de dados: 2.12 Tabela dinâmica de dados brutos (para análises comparativas e geração de gráficos), disponível em:

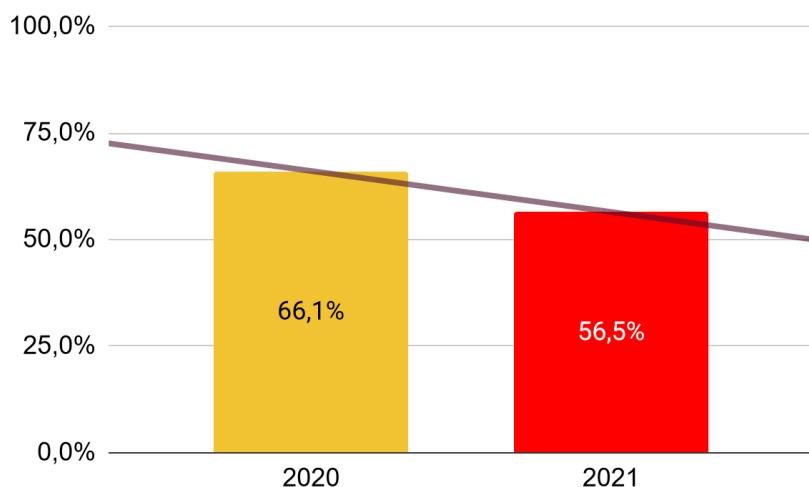
<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881E7BE7E47C017C0D880957272A>

2.4 – Perspectiva de Infraestrutura e Aprendizagem

OE21 – Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa

Descrição: implementar práticas de gestão de pessoas que propiciem o desenvolvimento de competências do quadro funcional, adequadas ao posicionamento estratégico do órgão.

Desempenho deste OE em 2021: 56,5%



O percentual de participação dos servidores do Mapa em ações de capacitação ficou aquém do esperado em 2021, sendo que a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP ficou bastante abaixo do patamar estabelecido para o período, assim como ocorreu em 2020. Desta forma, a performance do OE21 recuou significativamente com relação à observação anterior. Isso pode indicar a necessidade de rever o PDP e/ou a Iniciativa Estratégica que suporta sua implementação.

IND21.1 – Índice de participação do corpo funcional em ações de desenvolvimento profissional

Finalidade: monitorar o percentual de servidores ativos que participam de ações de desenvolvimento.

Meta para 2021: 38%; **resultado apurado:** 29,23%.

Análise crítica: o resultado de 2021 foi impactado basicamente pelos seguintes fatores:

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

- a) as restrições impostas pela pandemia, que privou os servidores de realizarem capacitações presenciais. Como o MAPA possui um público diverso e em sua maioria com idade mais avançada, a modalidade de ensino remoto ou a distância não é atrativa;
- b) inconsistência na remessa de informes via e-mail e canais da escola, tais como: Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA Enagro virtual, YouTube, Portal e Instagram para os servidores lotados nas Superintendências, Lanagros e demais unidades descentralizadas.

IND21.2 – Nível de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas

Finalidade: monitorar a execução das necessidades de desenvolvimento indicadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP.

Meta para 2021: 35%; **resultado apurado:** 12,64%.

Análise crítica: o indicador encontra-se abaixo da meta, considerando que:

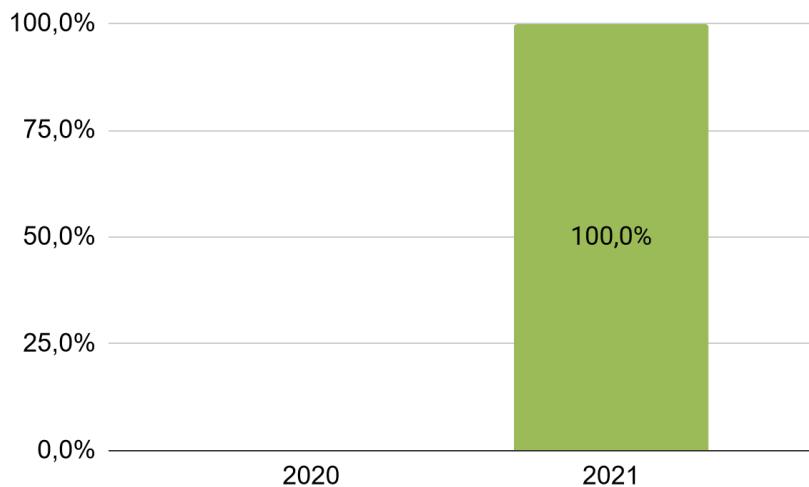
- a) houve mudança na forma de preenchimento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, visto que o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC disponibilizou a modalidade de preenchimento descentralizado. Essa mudança impactou a elaboração e execução do referido plano, o qual apresentou problemas na consolidação das necessidades de capacitação semelhantes, resultando em duplicidades de registros;
- b) as unidades do MAPA apresentaram dificuldades na execução do PDP, pois, em muitos casos, não foram realizados os devidos alinhamentos entre o plano e o orçamento disponível da unidade. Além disso, a previsão do quantitativo de servidores que poderiam efetivamente se afastar para realizar as ações de capacitação não correspondiam com a realidade das unidades;
- c) os normativos publicados referentes às medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) definidas no âmbito do MAPA restringiram a participação dos servidores enquanto perdurasse o estado de emergência em saúde pública de importância internacional.

OE22 – Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional

Descrição: adequar a cultura aos valores institucionais e promover a melhoria do clima organizacional visando à valorização dos servidores.

Desempenho do OE20 em 2021: 100,0%

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*



Os dois Indicadores de Desempenho associados a este Objetivo Estratégico refletem o grau de execução de projetos que estão em curso no Mapa relacionados ao aprimoramento da cultura e do clima organizacional. Dessa forma, o bom resultado deste Objetivo Estratégico em 2021 está muito relacionado com o cumprimento das atividades iniciais relacionadas a esses projetos. Contudo, os resultados que de fato impactarão na consecução do OE20 ainda serão observados, com a conclusão exitosa das iniciativas em questão.

IND22.1 – Taxa de intervenções executadas para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais

Finalidade: mensurar o percentual das intervenções realizadas, dentre as planejadas, para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais.

Meta para 2021: 50%; **resultado apurado:** 66,67%.

Análise crítica: o desempenho alcançado foi acima da meta estipulada para 2021, em conformidade com o andamento do cronograma de atividades do projeto estratégico que trata do “Alinhamento da Cultura Organizacional aos Valores do MAPA - COV”.

Foram realizadas as atividades de: “Mapeamento e Avaliação da Cultura e das Subculturas Organizacionais existentes”; “Diagnóstico da Cultura atual à luz da Estratégia do MAPA”; “Definição da Cultura Organizacional necessária para contribuir com o alcance da Estratégia do MAPA”; e “Plano de Comunicação e Implantação Assistida”. Durante o decorrer de 2022 serão planejadas outras ações voltadas à melhoria da cultura organizacional.

No momento, não existem restrições a serem superadas, as atividades estão ocorrendo com a margem de prazo esperado.

IND22.2 – Taxa de ações executadas para melhoria do clima organizacional

Finalidade: mensurar o percentual das ações realizadas, dentre as planejadas, para a gestão do clima organizacional.

Meta para 2021: 50%; **resultado apurado:** 100%.

Análise crítica: o desempenho observado, embora favorável, não reflete as dificuldades para iniciar o projeto estratégico associado a este indicador, qual seja, “Executar Ações para Melhoria do Clima Organizacional”; uma vez que a análise necessária para iniciar o projeto, até o momento, não foi entregue pelo Ministério da Economia. Para efetivo início, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP depende da avaliação crítica feita a partir de pesquisa de clima realizada por aquele órgão.

Por outro lado, o indicador está coerente quanto à proposta de execução, visto que foi realizada a ação planejada para o período. Com relação às restrições, conforme mencionado, é necessária a finalização da análise da pesquisa realizada pelo Ministério da Economia para dar prosseguimento ao projeto.

OE23 – Adequar a capacidade da tecnologia da informação aos novos desafios da transformação digital

Descrição: adequar os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC às necessidades demandadas pelo Mapa e pelas novas tecnologias de apoio à transformação digital.

Desempenho do OE23 em 2021: 100,0%



Adequar os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC às necessidades das áreas finalísticas é um dos pilares (e um dos desafios) das estratégias de instituições públicas. O desempenho deste Objetivo Estratégico manteve-se em patamar elevado em parte pela estabilização das demandas relacionadas à TIC em 2021. Contudo, a situação reportada pela área

de TI do Mapa mostra a necessidade de atenção principalmente no que diz respeito à disponibilidade de pessoal.

IND23.1 – Índice de Capacidade de Entrega de TIC

Finalidade: mensurar a capacidade de entrega de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

Meta para 2021: 5%; **resultado apurado:** 23,29%.

Análise crítica: o substancial incremento das demandas originado pela pandemia de Covid-19 em 2020 não se refletiu em 2021, devido à estabilização da automatização dos processos de trabalho entregues.

Entretanto, em 2021, um grande volume de projetos de manutenção e desenvolvimento de sistemas sofreu atrasos nas entregas em função de dificuldades operacionais da fábrica de software contratada. Tal fato levou o Departamento de Tecnologia da Informação - DTI a modificar o modelo fabril de desenvolvimento e iniciar um novo processo de contratação baseado em postos de trabalho.

Outro fator que impactou negativamente as entregas foi o encerramento de contrato de quatro profissionais temporários (CTUs) que apoiavam na gestão de grandes projetos de desenvolvimento e contratações de soluções de TI. Para tentar sanar a questão da falta de pessoal, está em curso a realização de concurso temporário para 60 servidores para TI.

Além disso, a redução do orçamento de TI em 2020 trouxe grandes prejuízos para a capacidade de atendimento, uma vez que projetos ficaram suspensos aguardando nova descentralização orçamentária.

OE24 – Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos

Descrição: no cenário de crescente evolução da dívida pública no qual se impõe um maior controle do crescimento real das despesas do Estado, deve-se criar um ambiente propício ao aperfeiçoamento da qualidade do gasto pelas unidades administrativas.

Desempenho do OE24 em 2020: 100,0%

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*



O bom desempenho deste Objetivo Estratégico mostra que o Ministério permanece vigilante na qualidade dos gastos públicos. Destaca-se que o direcionamento de recursos para o custeio da máquina administrativa ficou bem abaixo do limite estabelecido, favorecendo a aplicação das verbas para as atividades finalísticas, que agregam valor para sociedade. Além disso, a alta execução dos recursos disponibilizados demonstra um planejamento adequado do gasto, reduzindo a inscrição em Restos a Pagar ou mesmo a não utilização de recursos ao término do exercício.

IND24.1 – Coeficiente de alocação de recursos em atividades administrativas

Finalidade: mensurar a aderência ao teto de 20% da execução orçamentária nas ações administrativas (programa de gestão e manutenção da unidade, ou similar) em relação ao total de despesas discricionárias da pasta, deixando os restantes 80% para custeio de atividades finalísticas.

Meta para 2020: 20%; **resultado apurado:** 10,63%.

Análise crítica: a meta estabelecida foi alcançada no exercício de 2021. Isso se deve, principalmente, ao aumento considerável dos recursos orçamentários nas ações finalísticas desempenhadas pelo Ministério, tais como o fomento ao setor agropecuário, a consolidação de assentamentos rurais e a modernização e fortalecimento da defesa agropecuária.

No entanto, há necessidade de aperfeiçoar o processo de identificação e apropriação dos custos das ações finalísticas que ainda são executadas nas ações administrativas.

IND24.2 – Índice de execução orçamentária e financeira

Finalidade: medir a efetividade da execução orçamentária e financeira das despesas discricionárias, exclusive as oriundas de emendas parlamentares, nas fases de empenho, liquidação e pagamento das unidades do Mapa.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

Meta para 2020: 85%; resultado apurado: 89,77%.

Análise crítica: a meta estabelecida foi alcançada em 2021, uma vez que a média harmônica das taxas de empenho, liquidação e pagamento atingiu 89,77%, portanto, 5,6% acima da meta estabelecida para o exercício financeiro de 2021.

Destacam-se a execução orçamentária acima de 99% dos valores disponíveis e a liberação total do limite de movimentação e empenho como os fatores que contribuíram para o cumprimento da meta.

Para os próximos exercícios, é fundamental que as suplementações orçamentárias não aconteçam nos últimos meses do exercício financeiro, pois dificultam que todas as despesas empenhadas passem pela liquidação e pagamento ainda no exercício em referência.



3. Síntese dos resultados das Iniciativas Estratégicas no período

O MAPA trabalha com diferentes tipos de Iniciativas Estratégicas que apoiam a execução de seu Plano Estratégico, sendo as principais: os Projetos Estratégicos Corporativos - PECs; os Projetos Estratégicos das Secretarias - PES; e os Resultados Prioritários - RPs. São elas que gerarão os resultados que atenderão às metas estabelecidas nos Indicadores de Desempenho e contribuirão para a consecução dos Objetivos Estratégicos.

No início da atual gestão do MAPA, foi definido um conjunto de projetos estratégicos associados com o Plano Estratégico do MAPA e com a agenda de gestão da então Ministra Tereza Cristina, denominados de Projetos Estratégicos Corporativos - PECs. Os PECs são projetos focados nas áreas finalísticas do Ministério e, portanto, quando relacionados com o Mapa Estratégico, contribuem mais para a consecução dos Objetivos Estratégicos das duas perspectivas superiores: (a) Resultados para a Sociedade; e (b) Resultados para o Público Alvo.

Os Projetos Estratégicos das Secretarias - PESs, por sua vez, estão associados às prioridades da gestão dos dirigentes das Unidades Administrativas do MAPA, mas podem igualmente apoiar os Objetivos Estratégicos, em particular os das duas perspectivas da parte de baixo do Mapa Estratégico: (c) Processos Internos; e (d) Infraestrutura e Aprendizagem - que dizem respeito a temas internos do Ministério que são de interesse estratégico.

Por fim, para o biênio 2021/2022, a Ministra e os dirigentes das Unidades Administrativas definiram um conjunto de entregas denominadas de Resultados Prioritários - RPs, factíveis de serem executados em dois anos e cujas entregas impactam a Estratégia do Ministério. Alguns RPs derivam de PECs e/ou têm relação com Iniciativas Estratégicas que já estavam em andamento. Dessa forma, eles também contribuem para o avanço dos Objetivos Estratégicos do Ministério.

Vale salientar que, em 2021, foi realizado um acompanhamento trimestral das Iniciativas Estratégicas mais relevantes com a Alta Gestão do MAPA, inclusive em reuniões com a participação da Ministra e dos dirigentes das Unidades Administrativas.

A seguir serão mencionadas as principais Iniciativas Estratégicas que tiveram destaque no exercício de 2021, acompanhadas de suas descrições e dos resultados alcançados no período.

1. 10 mil famílias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste atendidas pelo Programa Produzir Brasil

O Programa Produzir Brasil, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, objetiva atender agricultores familiares titulados ou em processo de titulação, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA dos projetos de assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. Com a política pública, eles garantem o título da posse rural e a Ater para se desenvolverem na terra. A iniciativa promove a sustentabilidade econômica e

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031

ambiental, bem como a estabilidade social dos beneficiários, visando à inserção em mercados e posterior emancipação.

Principais resultados em 2021:

Apenas em 2021, já foram atendidas 9.371 famílias pelo Programa Produzir Brasil, quase alcançando o resultado planejado de 10 mil famílias atendidas. Em 27 de dezembro de 2021, a ANATER publicou o Edital de Chamamento Público 006-2021 SUDENE para a contratação de empresas de ATER que beneficiarão, a partir de abril de 2022, mais 4.000 famílias na Região Nordeste. Assim, o Programa Produzir Brasil nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste atenderá o total de 13.731 famílias.

A quantidade de famílias atendidas está dividida da seguinte forma: (1) Acre, 212; (2) Amapá, 150; (3) Amazonas, 327; (4) Distrito Federal, 374; (5) Goiás, 2.530; (6) Maranhão, 266; (7) Mato Grosso, 1.543; (8) Mato Grosso do Sul, 2.795; (9) Pará, 555; (10) Rondônia, 233; (11) Roraima, 220; e (12) Tocantins, 166.

As famílias que serão atendidas na Região Nordeste estão distribuídas da seguinte maneira: (13) Alagoas, 500; (14) Bahia, 500; (15) Ceará, 250; (16) Maranhão, 1.000; (17) Paraíba, 250; (18) Pernambuco, 420; (19) Piauí, 500; (20) Rio Grande do Norte, 330; e (21) Sergipe, 250.

2. 11 cadeias produtivas atendidas por meio do Ater Digital

O Programa Ater Digital visa fortalecer e ampliar o sistema brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, por meio da promoção de Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs nas atividades de empresas públicas e privadas, buscando ampliar o acesso dos produtores rurais a serviços mais modernos e eficientes no campo de forma remota. Entre as principais entregas, estão: o apoio à estruturação das instituições públicas de Ater para realização de Ater remota; a elaboração de portais e outros mecanismos digitais que possibilitarão o compartilhamento de informações e conhecimentos sobre as principais cadeias produtivas voltadas para a Agricultura Familiar no âmbito do projeto Hubtech da Agricultura Familiar; a organização, o escalonamento e a difusão das informações técnicas agropecuárias de cadeias produtivas no âmbito do projeto Hubtech da Agricultura Familiar; e o fomento do núcleo de capacitação EaD da Agricultura Familiar. A iniciativa se mostrou ainda mais essencial em um ano marcado pela pandemia de Covid-19.

Principais resultados em 2021:

Os projetos de modernização das Aters públicas foram aprovados e celebrados, estando em andamento os processos licitatórios. Já os projetos competitivos, que envolvem o fortalecimento de ações concretas de Ater remota das Instituições Estaduais Públicas, por sua vez, foram celebrados no final de 2021.

Em relação aos Hubs de Gestão da informação, os regimentos internos e manuais de operação foram elaborados e o modelo conceitual da plataforma vendo sendo desenvolvido tendo como unidade piloto a cadeia produtiva do feijão caupi. As parcerias para operacionalização para a

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

estruturação dos hubs de aquicultura, mandioca, arroz e feijão, que são de cadeias produtivas, e Sistemas Agroflorestais com enfoque agroecológico e mudanças climáticas, que são hubs temáticos, foram firmadas ao longo de 2021. Os Hubs Virtuais têm o papel de atuar como indutores e catalisadores das competências existentes nas diversas organizações e como instrumentos de convergência entre elas, visando organizar as informações e os conhecimentos relevantes para a Agricultura Familiar.

3. Residência Profissional Agrícola

O Programa AgroResidência tem o objetivo de qualificar jovens estudantes e recém-egressos dos cursos de ciências agrárias e afins, de nível médio e superior, por meio de treinamento prático, orientado e supervisionado.

Principais resultados em 2021:

A partir dos dois editais lançados pelo programa AgroResidência, foram selecionados e contratados 105 projetos de residência profissional agrícola de 56 instituições de ensino públicas federais. O conjunto desses projetos irá beneficiar diretamente cerca de 1.350 residentes, oriundos de cursos de nível médio e superior, até 2023.

Atualmente, há aproximadamente 400 residentes atuando em uma das 24 Unidades da Federação que possuem projetos de residência profissional agrícola em diferentes estágios de implementação. Muitos desses projetos estão contribuindo com outras políticas públicas, como Rio Leite, Energia Limpa, Programa Mais Leite Saudável, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, entre outros.

Além de beneficiar diretamente os jovens profissionais, o programa tem contribuído para a aproximação e o fortalecimento da relação da academia com os diferentes atores da agropecuária nacional, gerando ganhos para as instituições de ensino e para as unidades residentes.

4. Recadastramento do Pescador Profissional Artesanal e Industrial no Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP 4.0

O Sistema Informatizado de Registro da Atividade Pesqueira - SisRGP 4.0 é um novo sistema nacional de cadastro de pescadores profissionais. O SisRGP 4.0 é 100% digital, mais rápido e seguro, pois permitirá o cruzamento de dados, propiciando maior segurança nas informações prestadas e auxiliando no combate a eventuais fraudes. Com o SisRGP 4.0, os pescadores poderão realizar o cadastro ou atualizar a situação profissional de forma online, além de regularizar os profissionais que estão exercendo a atividade de pesca por meio de protocolo.

Principais resultados em 2021:

O projeto piloto foi implementado em Pernambuco e teve adesão de mais de 6,6 mil pescadores. Foi aberto o recadastramento para pescadores de todo o país totalizando, em 2021, 152.157 pescadores. A desburocratização do processo faz com que os pescadores tenham acesso mais

rápido à licença de pescador profissional para atuarem de forma regular, o que garante também o acesso aos benefícios previdenciários e trabalhistas.

Para auxiliar no uso do sistema, foram realizadas diversas capacitações por meio de videoconferências e reuniões com pescadores e lideranças do setor e realizadas melhorias no sistema para melhor atender ao usuário, bem como disponibilizado no sítio eletrônico do MAPA material de apoio e treinamento, contendo vídeos tutoriais e manuais.

5. Modernização do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras - PREPS

O PREPS tem como objetivos contribuir para as ações de segurança e salvaguarda da vida humana no mar, subsidiar os mestres de pesca orientando-os nas operações realizadas, permitir aos órgãos coordenadores do programa verificar o uso das permissões de pesca concedidas, dar apoio à fiscalização da atividade pesqueira, minimizando o conflito entre a pesca industrial e artesanal, e permitir uma avaliação da efetividade das medidas de gestão pesqueira.

A modernização do PREPS visa promover a transparência de dados de rastreamento de embarcações por meio de integração de banco de dados e desenvolvimento de plataformas com utilização de inteligência artificial. Assim, os dados de rastreamento de embarcações serão disponibilizados para visualização de governantes e sociedade civil na plataforma online Global Fishing Watch – GFW.

Principais resultados em 2021:

Os dados de rastreamento por satélite das embarcações de pesca brasileiras já estão disponíveis na plataforma da Organização Não Governamental americana Global Fishing Watch – GFW. O compartilhamento das informações demonstra o comprometimento brasileiro com a transparência de dados e a governança dos oceanos, além de promover a melhoria na gestão pesqueira, a sustentabilidade dos estoques pesqueiros e dirimir a pesca ilegal.

Como parte do compromisso de colaboração e apoio, será oferecido treinamento e capacitação aos funcionários públicos que atuam no manejo pesqueiro. Este trabalho reforçará o monitoramento de embarcações como ferramenta prioritária de controle e fiscalização, além do desenvolvimento de análises e investigações.

6. Águas da União para Fins de Aquicultura - Águas da União

O projeto busca adequar as Políticas Públicas que viabilizem o desenvolvimento sustentável da aquicultura em Águas da União, gerando emprego e renda.

Principais resultados em 2021:

Nos últimos anos, a atividade de aquicultura em Águas da União vem crescendo de forma regular, para isso foi necessário alterar a legislação e melhorar os trâmites para a cessão de uso.

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

Em 2021 foram publicados 283 contratos (áreas regularizadas), com capacidade de produção de 162.117,12 toneladas de organismos aquáticos com possibilidade de gerar até 28.391 postos de trabalho diretos e indiretos. A regularização da utilização de Águas da União para fins de aquicultura eleva a oferta de pescado no País gerando emprego e renda e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Ainda em 2021, foi publicada a Portaria SAP/MAPA nº 412/2021, que estabelece procedimentos complementares para a cessão de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura, e a Portaria Conjunta SAP/MAPA - SPU/SEDDM/ME nº 396/2021, que estabelece procedimentos entre a SAP e a SPU para cessão de Águas da União para fins de aquicultura.

Foi publicado, também em 2021, o Boletim do Relatório anual de Produção, o qual apresentou que a produção em Águas da União em 2020 foi de 79.501 toneladas. Cumprindo o escopo do projeto, a SAP fez fiscalização de Áreas e Parques Aquícolas nos Estados de Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

7. Abertura e diversificação de mercados para produtos agrícolas

Com o objetivo de ampliar a participação dos produtos agrícolas brasileiros no mercado externo, esta Iniciativa Estratégica busca fortalecer a imagem da agropecuária nacional e identificar novas oportunidades para exportação. Esse trabalho é realizado por meio de eventos, missões ao exterior, participação em feiras internacionais, apoio na elaboração de materiais de divulgação e comunicação, entre outros.

Principais resultados em 2021:

- Diplomacia Ministerial: 26 reuniões com Embaixadores, 13 reuniões bilaterais com ministros estrangeiros, 66 reuniões bilaterais, 30 reuniões multilaterais, 4 missões ao exterior;
- Produtos do Agronegócio divulgados: 2 feiras internacionais enquanto pagante de estande e 2 feiras internacionais enquanto presença de autoridade;
- Imagem do Agronegócio fortalecida: participação em 38 seminários, 4 feiras internacionais, 30 reuniões multilaterais e suporte técnico em 3 vídeos do The Real Brazilian Agribusiness.

Como consequência desses esforços, de janeiro a novembro de 2021, mais 69 mercados foram abertos e passaram a comprar produtos do agro brasileiro. Entre eles: farinhas (Argentina, Tailândia, México África do Sul e Índia); algodão (Colômbia); berinjela, pepino, melancia, tomate, pimenta, pimentão, milho e abóbora (Egito); e petfood (Argentina e México).

8. Rede de adidos agrícolas fortalecida e ampliada

Os adidos desempenham missões permanentes de assessoramento junto às representações diplomáticas brasileiras no exterior. Têm o papel de identificar oportunidades, desafios e possibilidades de comércio, investimentos e cooperação para a manutenção e ampliação do agronegócio brasileiro no mercado externo. Para isso, têm interlocução com representantes dos

setores público e privado, assim como interagem com relevantes formadores de opinião, na sociedade civil, imprensa e academia.

Principais resultados em 2021:

Houve entregas substanciais à ampliação da rede de representação de adidos agrícolas no exterior com a implementação de três novos postos de adidos agrícolas realizada. Foi definido, também, o quarto posto (que será em Luanda) e o processo de implementação já foi iniciado. Além disso, os 25 adidos já existentes foram mantidos, totalizando 28 ao final de 2021.

Como consequência desses esforços, de 2019 a 2021, os países com adidos foram responsáveis por aproximadamente 64% das novas aberturas de mercado.

9. Programa de Autocontrole

O Programa Autocontrole objetiva estimular o aperfeiçoamento de sistemas de garantia de qualidade dos produtos agropecuários, aprimorando a relação entre o setor regulado e o agente regulador e promovendo a manutenção da produção agropecuária dentro das regras sanitárias. A partir da obrigatoriedade prevista em lei, será possível a regulamentação entre as diferentes Unidades Organizacionais, com as especificidades necessárias para o cumprimento das medidas de autocontrole da produção agropecuária.

Objetiva também o desenvolvimento e a implantação do Sistema Informatizado de Autocontrole, permitindo uma avaliação completa, digital e autônoma nas unidades industriais, por meio do gerenciamento com o uso de plataformas integradas e inteligência artificial. Tem como alvo a eficiência da capacidade dos agentes agropecuários em implantar, executar, monitorar, verificar e corrigir seus procedimentos e processos, visando garantir a idoneidade dos serviços, bem como a identidade, a qualidade, a sanidade, a saúde e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários.

A implementação do programa de autocontrole representará um salto no dinamismo e liberdade às atividades econômicas agropecuárias, possibilitando que o Estado concentre suas ações no controle e fiscalização de atividades de maior risco.

Principais resultados em 2021:

Essa Iniciativa Estratégica tem dois resultados prioritários que são chave para o sucesso do Programa.

1) Lei do Autocontrole publicada

O Projeto de Lei - PL foi elaborado e encaminhado pela Casa Civil à Câmara dos Deputados. O PL já foi aprovado em todas as comissões da Câmara dos Deputados, ou seja, na Comissão de Finanças e Tributação, em 03/11/2021 e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 14/12/2021. O PL seguirá para o Senado Federal após o recesso parlamentar.

A SDA promoveu e participou de diversas reuniões com diferentes entidades, setores da cadeia produtiva e representantes do parlamento. Com esses apoios, foi concluído o diagnóstico de temas necessários de revisão de arcabouço legal e ferramentas para a implantação e aperfeiçoamento do Autocontrole nas áreas priorizadas (alimentação animal, fertilizantes, vinhos e bebidas e abate de suínos), com adequação dos normativos atuais. Os processos e procedimentos são aplicáveis aos setores regulados e estarão adequados à Lei de Liberdade Econômica, com redução da burocracia, ao mesmo tempo em que as garantias de segurança dos produtos serão mantidas.

2) Plataforma Digital do Autocontrole desenvolvida e implantada nas áreas priorizadas

Em 25/01/2021, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica - ACT nº 004/2020, entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Movimento Brasil Competitivo - MBC, que tem entre seus objetivos a conjugação de esforços para o desenvolvimento de plataformas integradas para maior efetividade na regulação, incluindo a Plataforma Digital do Autocontrole.

No período, foi concluído, com apoio de consultoria especializada, o mapeamento dos pontos de controle das cadeias: inspeção permanente; sementes e mudas; e a alimentação animal. O desenvolvimento do Ecossistema de TI está em andamento, já estando finalizadas a modelagem de arquitetura de TI e a construção de Interfaces de Protocolos de Aplicação (Application Protocol Interfaces - API) para o monitoramento laboratorial.

10. Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa

O objetivo desta iniciativa é contribuir para o aumento da produtividade agropecuária e para o acesso a mercados nacionais e internacionais por meio do fortalecimento dos Serviços de Defesa Agropecuária.

Principais resultados em 2021:

Houve um amplo esforço para digitização de serviços, resultando em 42 serviços automatizados. Como exemplo, destaca-se a certificação de bebidas, fermentados acéticos, vinhos e derivados da uva e do vinho, cujos procedimentos passaram por alterações operacionais no primeiro semestre de 2021, dando maior acurácia nos processos de análise, com maior padronização nos diferentes pontos de ingresso das mercadorias, tendo como consequência principal o ganho de eficiência e eficácia no desempenho dessas atividades. O processo de emissão dos Certificados de Origem e de Livre Venda foi inteiramente digitizado e pode ser acessado pelo usuário externo por meio do Portal de Serviços GOV.BR.

O Brasil obteve o reconhecimento internacional de novas zonas livres de febre aftosa sem vacinação, em seis estados. A área abrange o Paraná, Rio Grande do Sul, Acre, Rondônia e parte do Amazonas e do Mato Grosso. O reconhecimento foi conferido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Essas áreas se juntam a Santa Catarina que, até então, era o único estado com certificação internacional como zona livre de febre aftosa sem vacinação. O reconhecimento da

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

OIE significa confirmar o elevado padrão sanitário da nossa pecuária e abre diversas possibilidades para que o Ministério da Agricultura trabalhe pelo alcance de novos mercados para a carne bovina e suína, assim como pela ampliação dos tipos de produtos a serem exportados aos mercados que já temos acesso.

Houve também o reconhecimento do Estado do Paraná como zona livre de Peste Suína Clássica independente.

Quanto aos serviços de inspeção, registro e automação, que incluem o processo de importação de material genético animal e animais vivos, o de registro de produtos de origem animal e a certificação da exportação de bebidas, as metas previstas para 2024 foram alcançadas em meados de 2021.

Em 2021 foram executadas consultorias por meio do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/20/001 para realização de atividades previstas nos componentes do Programa. As metas previstas para recebimento do desembolso no contrato por resultados foram alcançadas, culminando com o recebimento do reembolso de US\$ 34.648.900 pelo Tesouro Nacional.

Em dezembro de 2021 foi concluída a negociação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e iniciado o projeto de contratação de bolsistas para o desenvolvimento de estudos estratégicos na SDA.

Com relação às ações de monitoramento e avaliação, foi implantada a metodologia de Objective Key Results - OKR, um framework de definição e gerenciamento de objetivos, para acompanhamento de indicadores estratégicos da Defesa Agropecuária a partir de 2022. Por meio dessa metodologia, objetivos anuais são estabelecidos em estreita correlação com os objetivos estratégicos do MAPA, integrados com os da SDA, visando promover dinamismo, por se tratar de um método ágil, e reduzir riscos relativos a mudanças de prioridades organizacionais. Essa metodologia, além de uso na SDA, será aplicada para acompanhamento do PPA-SUASA pelas Unidades da Federação. Os Departamentos da SDA, assim como Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária – OESAs e Divisões de Defesa Agropecuária – DDAs, já passaram por Oficinas de treinamento nesta metodologia.

11. Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais

O Programa tem o intuito de combater o trânsito e o comércio irregular de mercadorias, bens e insumos agropecuários nas áreas de fronteiras internacionais. A extensa movimentação internacional de pessoas e mercadorias constitui o principal risco de introdução e disseminação de pragas, doenças animais e zoonóticas exóticas no País, além de outros riscos associados à ocorrência de fraudes, infrações e ilícitos no comércio e trânsito internacional de produtos agropecuários.

Principais resultados em 2021:

Foram realizadas 232 autuações e interditados nove estabelecimentos irregulares. Ao todo foram apreendidas 209 toneladas de agrotóxicos ilegais, 175 toneladas de fertilizantes, 573 toneladas de sementes, 1.732 animais, 15.700 litros de bebidas, 6.500 produtos veterinários, 106 toneladas de ração, todos irregulares. Adicionalmente, foram apreendidas 43 toneladas de produtos vegetais e 150 toneladas de produtos de origem animal com risco fitossanitário ou zoossanitário para o País.

12. Programa Nacional de Solos do Brasil – PronaSolos

O Programa PronaSolos tem como objetivo suprir a carência por informações de solos no Brasil, por meio de levantamentos de solos e interpretações de uso em escalas iguais ou mais detalhadas que 1:100.000, visando contribuir para o aumento da competitividade, lucratividade e sustentabilidade da agricultura brasileira.

Principais resultados em 2021:

- o Módulo 2 da Plataforma Tecnológica foi implementado e novos mapas foram disponibilizados;
- definidas as áreas prioritárias para levantamento e interpretação de uso de solo e em fase de validação junto aos parceiros;
- novas ferramentas de geoprocessamento interoperáveis com dados de parceiros oriundos de atividades de campo também foram inseridas na Plataforma;
- articulações com a CAPES para implantação da Universidade PronaSolos em fase adiantada;
- em andamento as articulações com os Estados para a formação das comissões territoriais, que é o terceiro braço do modelo de governança do programa; e
- implementação de portal de comunicação, de modo a facilitar o acesso e a divulgação dos dados e informações relativas ao solo.

13. Programa Nacional de Desenvolvimento Rural e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas - Águas do Agro

O Programa Águas do Agro tem por objetivo promover o desenvolvimento da atividade agropecuária conservacionista e sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade referencial de planejamento.

Principais resultados em 2021:

- capacitação de 300 técnicos extensionistas;
- seleção junto ao Projeto Rural Sustentável Cerrados de 170 Unidades de Referência Tecnológica - URTs para comporem as unidades a serem acompanhadas pelo Águas do Agro. Destas, 30 terão ações diretas de conservação com recursos do Banco Mundial;
- formatação inicial do curso EaD na temática de conservação do solo e água realizada, para estruturá-lo e ofertá-lo em 2022; e
- parceria do Águas do Agro com outros projetos, a exemplo do Programa AgroNordeste, alavancando sua estratégia de atuação.

14. Plano Setorial de Baixa Emissão de Carbono para o Enfrentamento da Mudança do Clima - ABC + 2020-2030

Implantação do ABC+ 2020-2030, como objetivo de promover a adaptação da agropecuária brasileira às mudanças do clima e a mitigação das emissões de Gases de Efeito Estufa, com aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, por meio da gestão integrada da paisagem.

Principais resultados em 2021:

- lançamento do Plano Operacional do ABC+, o qual é o instrumento orientador que contém as ações e estratégias necessárias para o alcance dos objetivos e metas do ABC+;
- os Grupos Gestores - GGE nas 27 Unidades da Federação foram mobilizados, tendo sido realizadas reuniões de sensibilização, o que permitirá um alinhamento dos CGE ao novo ABC;
- estão em andamento as ações de capacitação de técnicos para execução de projetos de assistência técnica gratuita sobre as tecnologias do Plano ABC nos estados;
- foram publicadas e divulgadas “Coletâneas de Fatores de Emissão, Remoção e Adaptação”, que reúnem pesquisas referentes aos fatores de emissão e remoção de gases de efeito estufa, específicos para as principais culturas e sistemas de produção do País, e sobre alternativas de manejo desenvolvidas para mitigação dos gases de efeito estufa;
- documento técnico “Avaliação do impacto social e econômico da recuperação de áreas de pastagens degradadas” publicado e divulgado;
- após processo seletivo, foi contratada consultoria para iniciar o desenvolvimento do Protótipo da Plataforma nacional para teste, a qual apoiará o acompanhamento da execução do ABC+ em nível nacional e estadual;
- observa-se ainda que grande parte da execução ocorrerá em 2022.

15. Programa AgroNordeste implantado - AgroNordeste

A implantação do Plano de Ação para o Nordeste - Agronordeste tem o objetivo de apoiar a organização e a diversificação da produção agropecuária do Nordeste do Brasil e norte do Espírito Santo e Minas Gerais e a ampliação dos canais de comercialização, com pertinência econômica e social e com maior eficiência, menores riscos e maior potencial de sucesso e impacto.

Principais resultados em 2021:

- o Programa AgroNordeste será objeto de financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o que alavancará o desenvolvimento de diversas ações do Programa. No contexto desta parceria, todos os documentos demandados pelo BID foram elaborados e entregues ao Banco em 2021, incluindo nove projetos de APL e oito diagnósticos para projetos de PPB;
- em 2021, o SENAR atendeu 31.503 produtores (a meta original era 20.000), o SEBRAE atendeu 18.219 (a meta original era 15.000) e o INCRA entregou 6.419 títulos (originalmente estavam previstos 5.000);
- o AgroNordeste passou a trabalhar também com a estratégia de projetos vitrine (projetos piloto),

para incrementar a obtenção de resultados de curto prazo e acelerar a curva de aprendizado da equipe, facilitando o posterior escalonamento do modelo testado;

- três projetos vitrines foram adicionados ao portfólio: Laboratório de Qualidade do Leite (em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI), habilitando este que será o único laboratório do gênero no Nordeste; Implantação de Energia Eólica para Irrigação (em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf) e; Estruturação de Ecossistemas de Inovação (em parceria com o Departamento de Apoio à Inovação Para Agropecuária - DIAGRO/SPI).

16. Observatório da Agropecuária Brasileira

O Observatório tem por objetivo integrar, sistematizar e disponibilizar informações da agropecuária brasileira.

Principais resultados em 2021:

O Observatório da Agropecuária Brasileira foi concluído e lançado oficialmente em 25/05/2021. A plataforma reúne em único local dados de mais de 200 bases mapeadas acerca da safra agrícola, da previsão climática, do crédito rural, além de informações sobre o setor pesqueiro e imagens georreferenciadas da área rural brasileira. As informações são oriundas do MAPA e de suas entidades vinculadas, além de instituições como o Banco Central do Brasil - Bacen, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater, a Universidade Federal de Lavras - UFLA e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

A implantação do Observatório é considerada ferramenta de Business Intelligence - BI. Assim, permite a análise das bases de dados, bem como proporciona consolidar resultados imprescindíveis para tomada de decisão de produtores rurais, gestores públicos, empresários, e público em geral.

17. Promover a transformação de 82 serviços não digitais ou parcialmente digitais em digitais

O Plano de Transformação Digital busca ampliar a oferta e simplificar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos sob responsabilidade do Mapa. Para isso, incentiva, monitora e acompanha a transformação de serviços analógicos/presenciais em serviços digitais, o que contribui para aperfeiçoar a experiência de acesso aos serviços públicos pela sociedade. Além disso, atualiza o Portal de Serviços do Governo Federal, que é o aglutinador das demandas por serviços públicos do Poder Executivo Federal.

Principais resultados em 2021:

O resultado da transformação de serviços presenciais, não digitais ou parcialmente digitais em serviços digitais no âmbito dos Resultados Prioritários do MAPA foi de 57 serviços transformados em digital, sendo 21 serviços no 1º semestre e 36 no 2º semestre.

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

A principal entrega do exercício 2021 foi a entrada em produção do serviço “Solicitar registro de pescador profissional (artesanal e industrial)”, que utiliza o Sistema Informatizado de Registro da Atividade Pesqueira - SisRGP 4.0, da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP. Após essa entrega, o serviço continua a passar por evolutivas para corrigir eventuais inconsistências em funcionalidades. O serviço é voltado para a inscrição de pescadores profissionais no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e concessão da Licença de Pescador Profissional e tem por objetivo promover a regularização dos pescadores e impacta a vida de mais de 1,2 milhões de pescadores anualmente.

Além dele, destaca-se o desempenho da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, que, entre outros, automatizou 29 serviços via Peticionamento Eletrônico e ampliou o serviço “Solicitar Certificado Veterinário Internacional para viajar com seu cão ou gato - CVI” para nove novas localidades (Bolívia, Canadá, Chile, México, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Colômbia e Japão).

18. Conecta Agro - Conagro

O projeto visa desenvolver uma plataforma de governança de sustentação das integrações de sistemas e dos próprios sistemas legados para organizar e agilizar os serviços de Tecnologia da Informação - TI entre os vários ambientes tecnológicos e entre os órgãos vinculados do MAPA para aumentar a sinergia tecnológica das políticas públicas do Ministério, que poderão ser digitalizadas, aprimoradas e analisadas por meio da entrega de serviços digitais.

Principais resultados em 2021:

As principais realizações para este projeto foram: (1) a finalização da prova de conceito relacionada à migração de aplicações (piloto) para o novo ambiente tecnológico; e (2) a realização do processo licitatório para a contratação de suporte na plataforma de interoperabilidade.

19. Capacitação de Regularização Fundiária - CRF

Foi publicada em 03/12/2020 a Portaria Conjunta nº 01 SEAF/Incra, instituindo o Programa Titula Brasil, com o objetivo de aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de titulação e regularização fundiária das áreas rurais sob domínio da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. O Programa é executado diretamente pelo Núcleo Municipal de Regularização Fundiária - NMRF para aqueles municípios que voluntariamente venham a aderir ao Titula Brasil, disponibilizando os recursos humanos necessários para a operacionalização dos NMRF's. Esta Iniciativa Estratégica tem como objetivo formatar e implementar o modelo de capacitação dos agentes para fazer frente ao desafio de operacionalizar as atividades de Regularização Fundiária no âmbito dos NMRF's.

Principais resultados em 2021:

Após a publicação da Portaria instituindo o Programa Titula Brasil, no final de 2020, a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF trabalhou na formatação e disponibilização do modelo de capacitação, concluindo esta etapa no final do 1º trimestre de 2021. A capacitação das turmas teve

início em abril de 2021, e no exercício de 2021 foram ofertadas 9 turmas para os cursos EaD, com 18.071 pessoas inscritas, das quais estimam-se que 4.735 são agentes municipais, sendo 2.432 efetivamente capacitados.

20. Seguro Rural Consolidado

O clima é o principal fator de risco para a produção rural. Ao contratar uma apólice de seguro rural, o produtor pode minimizar suas perdas ao recuperar o capital investido na sua lavoura. Este projeto objetiva ampliar o seguro rural para estimular o aumento da área cultivada e o uso de tecnologia e beneficiar o produtor rural. O seguro também atua como garantia adicional para acesso ao crédito, contribui para obter taxas de juros mais baixas, para pulverizar o risco das carteiras das seguradoras, reduz o valor dos prêmios praticados pelo mercado. Além disso, minimiza a pressão por crédito subvencionado e por socorro financeiro governamental.

Principais resultados em 2021:

O Guia de Seguros Rurais e a consolidação dos dados de indenizações estão concluídos e disponíveis para todos no portal do MAPA. Além disso, foram realizados seis eventos previamente programados do Projeto do Monitor do Seguro Rural, sendo eles Culturas de Inverno, Pecuária de Corte e de Leite, Arroz, Olerícolas, Frutas e Seguros Paramétricos, com ampla participação da comunidade e dos interessados em cada tema.

Outros resultados:

- entrega do Relatório de Resultado Geral do PSR referente ao ano de 2020;
- entrega do Relatório do Projeto-Piloto Pronaf referente ao ano de 2020.

21. Análise dinamizada do CAR implantada em todas as Unidades da Federação

A análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural - CAR é uma ferramenta desenvolvida pelo Serviço Florestal Brasileiro - SFB em conjunto com os Estados e em parceria com a Universidade Federal de Lavras - UFLA, que permitirá a análise dos dados declarados no CAR de forma automatizada, por meio de mapeamentos georreferenciados, garantindo agilidade e precisão ao processamento.

Essa análise faz cruzamentos automatizados que verificam as informações geográficas declaradas pelo proprietário rural e apontam a situação de regularidade ambiental dos imóveis em relação às áreas de preservação permanente - APP, de reserva legal - RL e de uso restrito - AUR e, quando for o caso, da localização de excedentes de vegetação nativa.

Principais resultados em 2021:

- 87,5% dos entes federados que aderiram ao SICAR federal capacitados;
- cinco entes federados com a Análise Dinamizada do CAR implantada;
- produção e entrega das bases temáticas do SICAR a sete entes federados, possibilitando a implantação do módulo de Análise Dinamizada do SICAR nesses entes.

22. Aumento de 300% na área de florestas públicas federal sob regime de concessão florestal

A Lei de Gestão de Florestas Públicas permite ao Poder Público conceder a Pessoas Jurídicas, por meio de concorrência pública, permissão para realizar o manejo florestal sustentável para extrair produtos madeireiros e não madeireiros e para oferecer serviços de turismo.

A política de concessão florestal propicia aos governos federal, estaduais e municipais fazer uma boa gestão do patrimônio público e combater atividades ilegais como a grilagem de terras, o garimpo ilegal, o desmatamento e os incêndios florestais. A atividade gera benefícios sociais e ambientais, promovendo o desenvolvimento econômico de longo prazo firmado em bases sólidas e sustentáveis.

Principais resultados em 2021:

Os objetivos da concessão florestal são a conservação das florestas públicas brasileiras, a promoção da produção sustentável e o estímulo ao desenvolvimento econômico regional, com a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem no entorno dessas áreas.

A agenda de concessões florestais avançou em 2021 com o início da concessão florestal da Floresta Nacional (Flona) do Amapá. Após processo de concorrência pública, realizado entre setembro de 2020 e maio de 2021, foram assinados quatro contratos de concessão florestal, que totalizam quase 265 mil hectares de florestas públicas que ficarão sob regime de manejo florestal, gerando cerca de 500 empregos formais na região. Esses novos contratos correspondem ao aumento de 26% da área de florestas públicas federais sob regime de concessão. O SFB também divulgou o edital de concessão da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

O MAPA firmou uma parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a estruturação da concessão florestal de oito áreas localizadas no estado do Amazonas, e na Região Sul.

Atualmente, são os seguintes os editais de concessão em estruturação qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI do Governo Federal: Floresta Nacional de Chapecó (SC), Floresta Nacional de Três Barras (SC), Floresta Nacional de Irati (PR); e, no estado do Amazonas, Floresta Nacional de Humaitá, Floresta Nacional de Iquiri, Floresta Nacional de Jatuarana, Floresta Nacional do Pau Rosa, Floresta Nacional de Balata - Tufari e Gleba Castanho.

23. Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, no Contexto Socioambiental e Econômico - FORTAF Amazônia

O objetivo deste projeto é promover o fortalecimento da Agricultura Familiar e da Sociobiodiversidade na Amazônia Legal, no contexto socioambiental e econômico brasileiro.

Principais resultados acumulados até 2021:

- 29 mil produtores rurais foram atendidos no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no Programa de Vendas em Balcão - ProVB e na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio;
- mais de 6 mil agricultores familiares e extrativistas capacitados para terem acesso aos Programas executados no Fortaf-AL (ProVB, PGPM-Bio e PAA);
- foram realizados três “Encontros de Oportunidades de Negócios para Agricultura Familiar e Sociobiodiversidade”, que buscam beneficiar organizações desses segmentos, a partir da facilitação do acesso, principalmente, a mercados privados e a mercados institucionais, com consequente geração de renda. Esses encontros ocorreram nos estados do Acre, Pará e Espírito Santo.

Ressalta-se que, devido à Pandemia do Covid-19, alguns eventos como capacitações e encontros de oportunidades de negócios tiveram resultados impactados. Em 2020, houve suspensão das capacitações por força de normativas do MAPA e da Conab, que impediram a realização de reuniões presenciais. Por outro lado, mais produtores rurais foram beneficiados com os atendimentos no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no Programa de Vendas em Balcão - ProVB e na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio, o que levou à superação da meta estabelecida.

24. Avaliação da Aptidão Agrícola das terras do Brasil escala 1:500.000

O mapa de aptidão agrícola das terras do Brasil apresenta a classificação da aptidão agrícola (boa, regular, restrita e inapta) para diferentes tipos de uso da terra (lavoura, pastagem plantada, pastagem natural e silvicultura). Considera-se três níveis de manejo, assim como os principais fatores limitantes, quais sejam: deficiência de fertilidade, deficiência de água, deficiência de oxigênio, suscetibilidade à erosão e impedimentos à mecanização. Tendo em vista a grande abrangência geográfica, o mapa de aptidão agrícola é apresentado na escala 1:500.000, considerada mais adequada para representação do potencial de uso das terras, podendo assim ser aplicado em interpretações do potencial de uso agrícola e estudos agroambientais.

Como benefício para a sociedade, o Mapa de aptidão agrícola traz subsídios para a tomada de decisão e a elaboração de políticas públicas com informações de solos e de suas aptidões para diferentes usos, de acordo com diferentes manejos tecnológicos disponíveis, e contribui com informações técnicas de alta qualidade, para o manejo sustentável dos solos e para a descarbonização da agricultura brasileira.

Principais resultados em 2021:

O projeto foi finalizado com destaque para a conclusão da classificação da aptidão agrícola e a elaboração da primeira versão do Mapa de Aptidão Agrícola das terras brasileiras em escala 1:1500.000. Vale salientar que houve resultados intermediários que permitiram o alcance do produto final, como a identificação e a espacialização de ambientes que apresentam condições naturais peculiares e a espacialização de tipos climáticos.

25. Biopesticidas para o controle da Lagarta "Falsa Medideira" em algodão e soja lançados

O objetivo desta iniciativa foi a entrega de três biopesticidas: 02 bioinseticidas à base de Baculovírus: (a) VirControl Ci e (b) Spodovir; e 01 à base de Bactéria: (c) Acera. A oferta de produtos biológicos com tecnologia nacional reduz a dependência de insumos importados e de altos custos; reduz a necessidade de importação de princípios ativos químicos para

produção de inseticidas que pesam na balança comercial e podem produzir efeitos tóxicos em seus aplicadores e no meio ambiente.

Principais resultados em 2021:

Os três biopesticidas foram registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e lançados no mercado brasileiro com folder promocional e exposição pública em áreas de produção; a tecnologia foi lançada e disponibilizada no Portal da Embrapa. Salienta-se que a Embrapa, articulada com o setor produtivo, cumpriu antecipadamente as metas estabelecidas, perfazendo as entregas dos bioinsumos, a alocação dos recursos planejados e a construção conjunta de um posicionamento mercadológico para os bioinsumos.

26. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura Brasileira - Inova Embrapa

O Projeto Inova Embrapa tem como objetivo fortalecer a interação com o setor produtivo e o desempenho do processo de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Embrapa.

Principais resultados em 2021:

Em 2021 a Embrapa qualificou 360 ativos disponíveis para transferência de tecnologia. Dentre tais ativos, destacam-se alguns de maior potencial de impacto no setor produtivo, tais como: Recomendações de plantio para Uva BRS Melodia para o Submédio do vale do Rio São Francisco; Protocolo Carne Carbono Neutro; Plataforma Tecnológica Pronasolos; Plataforma Aquaplus; Cultivares de Algodão, de Soja e de outros produtos agrícolas.

Pode-se destacar a extrema importância que o conjunto de recomendações para plantio da uva BRS Melodia tem para a região do Vale do Rio São Francisco – uma cultivar de sabor extremamente agradável, doce, sem sementes, tolerante a doenças importantes e de boa produtividade, comprovadamente adaptada a uma região de alta importância na produção de uvas de mesa do País – uma cultivar com potencial enorme pelas suas excelentes características organolépticas.

A abordagem Carne Carbono Neutro é outro resultado qualificado muito relevante: diante das preocupações globais com emissões de gases efeito estufa, com especial ênfase na pecuária, a Embrapa qualificou processo agropecuário que permite a produção sustentável. É um importante marco para o País que, além de sustentável ambiental e financeiramente, alavanca sua imagem frente a atores globais, com impactos potenciais sobre transações comerciais.

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

A Plataforma Pronasolos é a maior e mais moderna plataforma de solos do mundo tropical. Conhecer os solos do país em detalhes é essencial para aumentar a produção agropecuária nacional de forma eficiente e sustentável. Trata-se de trabalho contínuo a ser desenvolvido por vários anos, qualificado em 2021.

A Plataforma Aquaplus provê soluções simples, práticas e inovadoras, já desenvolvidas ou em desenvolvimento pela Embrapa, para qualificação, manejo e melhoramento genético de espécies aquícolas - hoje encontra-se disponível para pacu, pirapitinga, tambaqui e camarão cinza - tal resultado é de suma importância para alavancar a produção aquícola do País.

Ainda, diversas cultivares (como batata-doce, soja, algodão etc.), sejam convencionais ou geneticamente modificadas, foram qualificadas e disponibilizadas para transferência de tecnologia.

Por fim, o lançamento (já qualificado em 2020, entretanto produto lançado em 2021) de bactérias selecionadas em mandacaru para mitigação da seca em cultivo de grãos (milho), com produto disponibilizado ao mercado, foi de extrema importância, tendo em vista mudanças climáticas e os críticos eventos de seca que por vezes ocorrem - tecnologias como esta podem auxiliar o setor produtivo sobremaneira em eventos de seca que surjam futuramente.

Resta apontar que em 2021 se iniciaram mais 115 projetos de PD&I no novo formato tipo III em parceria com o setor produtivo, o que denota que a meta estabelecida pelo Projeto será provavelmente atingida.

27. 300 Mil Documentos Titulatórios Entregues

Dar celeridade e qualidade ao processo de concessão de documentos de titularidade de terras rurais, com vistas a promover a regularização e o ordenamento fundiário e ampliar o trabalho e a renda no meio rural, o acesso ao crédito e à assistência técnica aos beneficiários e sua inserção às cadeias produtivas.

Principais resultados em 2021:

No ano de 2021, foram emitidos 139.526 documentos titulatórios, subdivididos nos seguintes tipos:

- Contrato de Concessão de Uso - CCU (Reforma Agrária): 108.903;
- Título de Domínio - TD e Concessão de Direito Real de Uso - CDRU (Reforma Agrária): 12.043;
- Certidão de Reconhecimento de Ocupação - CRO (Regularização Fundiária): 3.508;
- Liberação de Cláusulas Resolutivas - LCR (Regularização Fundiária): 117;
- Concessão de Direito Real de Uso - CDRU (Regularização Fundiária): 810;
- Título de Domínio - TD (sendo 63 na PGT, 738 fora da PGT e 14.145 em convênios): 14.145.

Estes valores alcançados significam a superação da meta de 130 mil títulos em 7,32%.

28. Cadastro Unificado de Gestão Fundiária

O Cadastro Unificado de Gestão Fundiária visa solucionar um grave e histórico problema das políticas fundiárias, que é a inconsistência de padrões e informações acerca da realidade da política fundiária, seja no âmbito federal ou na relação destes dados com os de outras esferas subnacionais, cartoriais etc.

O Projeto busca uniformizar termos e conceitos relacionados à gestão fundiária, subsidiar a interoperabilidade e integração entre os cadastros dos diversos sistemas de gestão fundiária, qualificar as informações sobre a malha fundiária nacional e sobre o público- alvo beneficiário da política fundiária e simplificar o processo titulatório, com as devidas garantias de segurança jurídica.

de base fundiária, ambiental, de infraestrutura, social, dentre outras, proporcionando com informações fidedignas maior eficiência, celeridade e segurança jurídica ao processo de regularização fundiária rural nacional.

Principais resultados em 2021:

1) Em relação à Plataforma de Governança Territorial Fundiária - PGT:

- finalização do Projeto Integra, base para a construção do Cadastro, e realização do workshop final do referido projeto;
- lançamento da MVP-1 da Plataforma de Governança Territorial, no dia 07 de outubro de 2021. A MVP-1 permite ao interessado a abertura de requerimento, de forma remota, bastando ter acesso à rede mundial de computadores. O requerimento enviado pelo interessado passa por mais de 50 cruzamentos às bases de dados do Incra, MAPA e outros órgãos da Administração Pública Federal promovendo a emissão do Relatório de Conformidade que pode ter o status “Processada” ou “Processada com Pendências”;
- desenvolvimento da MVP-2 da Plataforma de Governança Territorial que deverá ser lançada no mês de fevereiro de 2022. A MVP-2 permite (além da possibilidade de o interessado promover a abertura de requerimento, de forma remota, e passar pela fase de expedição do relatório de conformidade) promover a elaboração do Título de Domínio - TD que ficará disponível para que a equipe da Superintendência Regional promova a verificação quanto à expedição de documentos titulatórios sobre a mesma área em períodos passados e faça a inclusão da parcela no SNCR para que, ato seguinte, encaminhe para indeferimento ou assinatura do documento titulatório.

2) Em relação ao MDM Cadastro Unificado de Gestão Fundiária:

Trata de integração e reconciliação em um repositório único de dados pertinentes ao ecossistema de Governança Fundiária, seguindo práticas de Gerenciamento de Dados Mestres (Master Data Management - MDM), modelado em conformidade com a norma ISO-19152:2012.

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

Com este Modelo de dados otimizado ocorre a dissolução de silos e os dados que estão replicados tornam dados de referência, passando a existir apenas uma versão confiável, eliminando a redundância e aumentando o grau de qualidade dos dados.

Assim houve a finalização do Projeto Integra, base para a construção do Cadastro, tendo sido realizado o workshop final do referido projeto. A primeira entrega do projeto encontra-se em fase final de homologação, após concluída a homologação das etapas 1 e 2, entre agosto e dezembro de 2021.

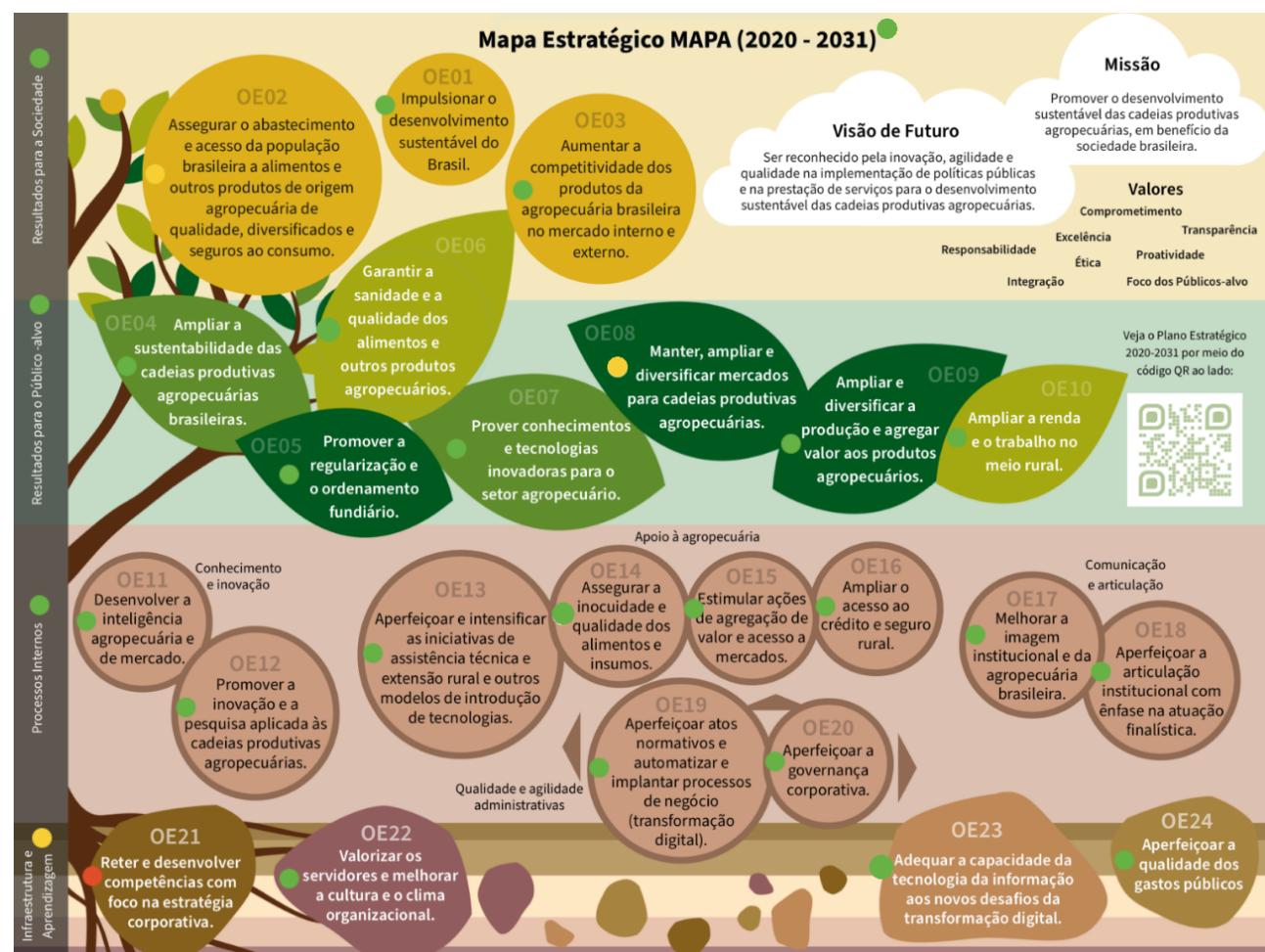


4. Avaliação geral da implementação do Plano Estratégico do Mapa

Tendo em vista os resultados dos Indicadores de Desempenho – INDs, das Iniciativas Estratégicas e a consequente consecução dos Objetivos Estratégicos – OEs, é possível avaliar a implementação do Plano Estratégico do Mapa no ano de 2021. Os OEs com pontuação baixa devem ser olhados com atenção, pois eles podem necessitar de reforço em Iniciativas Estratégicas para melhorar sua performance.

Além do desempenho dos Objetivos Estratégicos, o software *Strategic Adviser – SA* calcula e apresenta a pontuação de cada Perspectiva do Mapa Estratégico e o desempenho do Plano Estratégico como um todo. A figura a seguir apresenta o Mapa Estratégico acompanhado dos faróis de desempenho calculados pelo SA. A lógica para as cores dos faróis é a mesma que o sistema utiliza para os demais componentes do Plano Estratégico:

Verde = desempenho de 90% a 100%;
Amarelo = desempenho de 60% a 89,9%;
Vermelho = desempenho inferior a 60%;
Branco = dado não disponível.



*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

Como pode ser verificado, uma Perspectiva e dois Objetivos Estratégicos ficaram com os faróis amarelos em 2021, ou seja, com performance entre 60% e 90%, enquanto um Objetivo Estratégico ficou com desempenho abaixo de 60%, simbolizado pelo farol vermelho. A tabela a seguir apresenta os resultados numéricos alcançados para cada um desses elementos.

Resultados para a Sociedade	93,8%	Resultados para o Público-Alvo	96,9%	Processos Internos	99,3%	Infraestrutura e Aprendizagem	89,1%
OE01	100,0%	OE04	99,8%	OE11	100,0%	OE21	56,5%
OE02	86,7%	OE05	100,0%	OE12	99,3%	OE22	100,0%
OE03	94,7%	OE06	91,6%	OE13	96,1%	OE23	100,0%
		OE07	100,0%	OE14	100,0%	OE24	100,0%
		OE08	87,5%	OE15	100,0%		
		OE09	100,0%	OE16	100,0%		
		OE10	99,6%	OE17	100,0%		
				OE18	97,1%		
				OE19	100,0%		
				OE20	100,0%		

Considerando a média da pontuação obtida pelas quatro Perspectivas, a consecução geral do Plano Estratégico do Mapa em 2021 alcançou a performance de 94,78%.



Observa-se, desta forma, uma melhoria geral do desempenho do Plano Estratégico do Mapa com relação ao ano de 2020, que na ocasião apresentou duas perspectivas sinalizadas em amarelo e cuja pontuação geral ficou em 93,13%.

A despeito do bom desempenho geral da Estratégia em 2021, três Objetivos Estratégicos precisam ser olhados mais de perto por conta dos resultados apresentados: o Objetivo Estratégico nº 02, que ficou em 86,7%; o Objetivo Estratégico nº 08, com 87,5% de pontuação; e o Objetivo Estratégico nº 21, que alcançou apenas 56,5% de desempenho.

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

Para entender melhor a situação desses Objetivos Estratégicos, é importante saber quais Iniciativas Estratégicas contribuem para sua consecução:

Objetivo Estratégico nº 02:

1. 10 mil famílias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste atendidas pelo Programa Produzir Brasil;
3. Residência Profissional Agrícola;
6. Águas da União para Fins de Aquicultura - Águas da União;
9. Programa de Autocontrole;
10. Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa;
11. Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais;
13. Programa Nacional de Desenvolvimento Rural e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas - Águas do Agro;
15. Programa AgroNordeste implantado - AgroNordeste;
16. Observatório da Agropecuária Brasileira;
20. Seguro Rural Consolidado;
22. Aumento de 300% na área de florestas públicas federal sob regime de concessão florestal;
23. Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, no Contexto Socioambiental e Econômico - FORTAF Amazônia;
25. Biopesticidas para o controle da Lagarta "Falsa Medideira" em algodão e soja lançados;
26. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura Brasileira - Inova Embrapa;
27. 300 Mil Documentos Titulatórios Entregues; e
28. Cadastro Unificado de Gestão Fundiária.

Objetivo Estratégico nº 08:

1. 10 mil famílias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste atendidas pelo Programa Produzir Brasil;
6. Águas da União para Fins de Aquicultura - Águas da União;
7. Abertura e diversificação de mercados para produtos agrícolas;
10. Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa;
15. Programa AgroNordeste implantado - AgroNordeste;
22. Aumento de 300% na área de florestas públicas federal sob regime de concessão florestal; e
23. Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal, no Contexto Socioambiental e Econômico - FORTAF Amazônia.

Objetivo Estratégico nº 21:

10. Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa.

Com base na relação acima e nos resultados dos Indicadores de Desempenho informados anteriormente, será percorrido cada um dos Objetivos Estratégicos com pontuação abaixo de 90% em 2020.

OE02 – Assegurar o abastecimento e acesso da população brasileira a alimentos e outros produtos de origem agropecuária de qualidade, diversificados e seguros ao consumo

O OE02 possui 16 Iniciativas Estratégicas associadas, além de tratar de um assunto que perpassa praticamente todas as áreas finalísticas do Mapa. Verifica-se, contudo, que a performance deste OE foi impactada principalmente pelo Indicador de Desempenho nº 02.3 - Índice de execução do abastecimento, que apresentou resultado bem abaixo da meta (50% aferido contra 72% estipulado). Em uma primeira análise, constata-se que as Iniciativas Estratégicas relacionadas possuem fortes componentes voltados para este OE, de forma que possivelmente seja necessário um olhar mais específico nas causas do resultado do Indicador de Desempenho.

O IND02.3 procura observar a regularidade no abastecimento do Programa de Vendas em Balcão - ProVB. Segundo relatado pela Conab, nem sempre a autorização para execução do ProVB, a cargo do Mapa, acontece tempestivamente, de modo que as demandas de abastecimento das unidades de venda do ProVB podem ocorrer meses após o previsto inicialmente, deixando de coincidir com o melhor período para a compra do milho ou realização de remoção. Isso poderia justificar a eventual falta de interesse dos terceiros na participação dos leilões de compra e de remoção de milho e, portanto, a baixa performance do Indicador. Sendo assim, a melhoria no desempenho do OE04 estaria associada mais a uma questão administrativa, que pode requerer uma maior sintonia entre Conab e Mapa nas autorizações para execução do ProVB, do que a eventual reforço nas Iniciativas Estratégicas que afetam o Objetivo Estratégico em questão.

OE08 – Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias

Este Objetivo é apoiado por sete Iniciativas Estratégicas, sendo uma delas especificamente concebida com o objetivo de ampliar a participação dos produtos agrícolas brasileiros no mercado externo, fortalecer a imagem da agropecuária nacional e identificar novas oportunidades para exportação (IE07). Como resultado dos esforços realizados no âmbito desta Iniciativa, em 2021, foram abertos 77 novos mercados para produtos brasileiros. Entre eles: farinhas (Argentina, Tailândia, México África do Sul e Índia); algodão (Colômbia); berinjela, pepino, melancia, tomate, pimenta, pimentão, milho e abóbora (Egito); e petfood (Argentina e México).

Entretanto, o Indicador de Desempenho que mensura este Objetivo Estratégico (IND08.1) ficou abaixo da meta estabelecida para 2021, resultando em uma performance inferior a 90% para o OE18. Verifica-se que o Indicador trabalha apenas com a quantidade de países para os quais o Brasil efetivamente exportou durante o ano, que reduziu de 206 (em 2020) para 199 (em 2021). Contudo, mesmo não atingindo a meta proposta para o indicador no período, houve uma significativa ampliação do comércio agropecuário brasileiro para o exterior e na possibilidade de

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório de Monitoramento da Execução do
Plano Estratégico 2020-2031*

destinos para os quais o Brasil exporta seus produtos, verificada pela abertura de 77 novos mercados (fato este não captado pelo IND08.1). Com isso, o Indicador de Desempenho que acompanha este Objetivo será reformulado em 2022 para refletir melhor o trabalho de ampliação e diversificação de mercados empreendido pelo Mapa.

OE21 – Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa

Este foi o Objetivo Estratégico com o pior desempenho verificado (56,5%), ficando inclusive abaixo do patamar registrado em 2020 (66,1%). Apesar de este Objetivo contar com apenas uma Iniciativa Estratégica formalmente avaliada no Relatório de Gestão de 2021, ele possui três Projetos Estratégicos da Secretaria-Executiva que suportam diretamente sua execução, a saber:

- PES03 - Gestão por Competência implantada;
- PES04 - Implantar Gestão do Conhecimento no Mapa - GC; e
- PES05 - Modernização da Educação Continuada do MAPA - PMEC MAPA.

Analizando as razões para o baixo desempenho do OE21, observa-se que a estratégia para ampliar a participação de servidores em ações de capacitação pode requerer ajustes, uma vez que o ensino virtual não se mostrou atrativo para funcionários com idade mais avançada. Espera-se que, com o relaxamento das restrições impostas pela Pandemia de COVID-19, essa participação possa melhorar em 2022, com uma maior oferta de cursos presenciais. Com relação ao baixo nível da execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, também verifica-se que pode haver ajustes em sua abordagem, considerando que em algumas Unidades do Mapa o alinhamento entre o Plano e o orçamento disponível deixou a desejar, assim como a previsão previsão do quantitativo de servidores que de fato poderiam se afastar de suas atividades para realizar as ações de capacitação previstas.

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA

